

O FIM DA HEGEMONIA *ASHKENAZITA*

Baruch Kimmerling

Tradução e notas: Gabriel Mordoch

## Índice

Prefácio.....	2
<i>Primeira parte: O que está acontecendo</i>	
Introdução.....	3
Desigualdade e discriminação.....	12
A primeira cultura a se rebelar.....	21
O bumerangue.....	34
Um confronto que ainda não terminou.....	38
Os novíssimos israelenses.....	50
Desafio dos cidadãos à margem.....	58

## **Prefácio**

Este livro não é acadêmico, embora esteja baseado em aproximadamente trinta e cinco anos de pesquisa, docência e imersão na sociedade israelense e na sociedade palestina. Este livro assume uma posição ideológica, de um ângulo radicalmente humanista, e seu objetivo é contribuir no pensamento público, em suas correntes e camadas. Parece que justo agora, com as grandes dificuldades com as quais nos deparamos no contato com a nação dos palestinos, com os cidadãos árabes, e diante dos resultados das eleições, há uma necessidade quase desesperada de ressuscitar a discussão crítica e o levantamento de novas idéias, inclusive daquelas que destoam do consenso judaico consagrado – e talvez destas principalmente.

Meu agradecimento a Gideon Samet, editor da série, que me incentivou a escrever. Ele me pressionou entusiasmadamente a afiar e afiar minha argumentação, e sobretudo a livrar-me da linguagem e molde acadêmicos. Também agradeço a toda a equipe da Editora Keter, que uniu esforços para produzir este livro de forma fiel e profissional.

Um agradecimento especial, múltiplo, devo a minha assistente, Keren Or Shlesinger, cujo auxílio foi muito além do técnico. Ela foi a primeira leitora e crítica dos manuscritos, muito contribuindo com suas idéias.

Jerusalém, Julho de 2001.

## Primeira parte: o que está acontecendo

### Introdução

O ponto de partida deste livro é o fim da hegemonia dos *ahusalim*<sup>1</sup> no Estado de Israel e tudo que isso implica. Proponho o termo *ahusal* como a sigla para *ashkenazim*, *hilonim*, *vatiqim*, *socialistim* e *leumanim* (ou *tzionim*)<sup>2</sup>. A *ahusaliut*<sup>3</sup> se expressa geralmente nas classes média e alta da pirâmide sócio-econômica. Ela se caracteriza pela origem étnica ocidental e pela auto-imagem que se empenha em identificar-se com os rótulos desta cultura. Entretanto, as fronteiras da *ahusalidade* não são necessariamente fixas e tampouco intransitáveis, assim como os próprios *ahusalim* não formam um bloco homogêneo; eles podem ser variavelmente estratificados em subgrupos. Deste modo, por exemplo, *ahusalim* podem ser moderados ou radicais em relação ao conflito árabe-israelense e judaico-palestino. Há entre eles os que reivindicam uma política que priorize o bem estar social, bem como os que apoiam a economia de mercado e a política de privatização neo-conservadora. Do ponto de vista de classe social, a *ahusalidade* acompanha mais ou menos a classe média. Deste modo, ela abarca *mizrahiim*<sup>4</sup> e religiosos, conquanto estes compactuem com as concepções de mundo e *way of life* identificados com a *ahusalidade*, bem como com os interesses sectários dela.

Os *ahusalim* construíram a sociedade israelense e o Estado de Israel, venceram a guerra de 1948, arrancaram no decorrer desta guerra parte considerável dos árabes das terras do país, absorveram uma respeitável quantidade de imigrantes e os inseriram numa moldura cultural e política a fim de, através dos mecanismos da *mistura dos exílios*<sup>5</sup>, transformá-los numa nova nação. Os *ahusalim* foram os soberanos absolutos do país pelo menos nas suas duas primeiras décadas. A partir da terceira década, diante da falta de êxito da *mistura dos exílios*, eles paulatinamente perdem sua força. Os resultados das eleições de

---

<sup>1</sup> Plural de *ahusal*, acrónimo criado pelo autor.

<sup>2</sup> Do hebraico, respectivamente: judeus originários da Europa central e oriental (*ashkenazitas*), laicos, veteranos, socialistas e nacionalistas (ou sionistas).

<sup>3</sup> Substantivação (feminina) do termo *ahusal*, equivalente em português a *ahusalidade*.

<sup>4</sup> Plural de *mizrahi*, “oriental”: generalização para designar os judeus provenientes de países do Oriente Médio, norte da África e Ásia central.

<sup>5</sup> O termo remete à política oficial de absorção nas primeiras décadas do Estado, segundo a qual o processo de encontro entre os diferentes grupos de imigrantes judeus ao recém estabelecido Estado desembocaria na criação de uma identidade homogênea que superaria as identidades particularistas de cada grupo.

fevereiro de 2001, o esfacelamento do *Mapai*<sup>6</sup> (em sua cadência final) e sua adesão ao governo de unidade nacional com o *Likud* comandado por Ariel Sharon – sem cargos realmente poderosos dentro do parlamento – são o acorde derradeiro, simbólico e político, da conquista *ahusalita*.

É verdade que tanto Sharon quanto Shimon Peres pertencem ao tipo de *ahusalidade* política e cultural que vem se aproximando de seu fim, porém ambos, bem como Ehud Barak, atuam, até mesmo inconscientemente, apenas como meios pelos quais fluem as forças sociais, políticas e culturais que este livro discute. Tais forças acumularam-se poderosamente, mas não conquistaram o prestígio necessário para manter seus representantes no topo da pirâmide. Esses *ahusalim* em fim de carreira política funcionam como elo de ligação entre o ontem adornado em louvor, embora odiado aos olhos de muitos, e o amanhã que oculta mudanças, algumas delas até mesmo contraditórias. Barak e Biniamin Netanyahu, os *ahusalim* mais jovens e talentosos, foram tirados de cena não somente pelo descontentamento com os defeitos de seus comportamentos pessoais, mas porque não foram capazes de jogar de acordo com as novas regras que vem se cristalizando no Estado de Israel.

Apesar disso, os *ahusalim* ainda permaneceram como o ponto de Arquimedes frente ao qual cristalizam-se as demais culturas, os grupos e as forças no Estado de Israel. As lutas entre eles determinarão no final das contas não apenas o *status* de toda a população numa hierarquia que constantemente se altera; elas sinalizarão o caráter geral do Estado de Israel e as prioridades sociais internas, as relações com os judeus da diáspora e com o mundo em torno – tanto o próximo quanto o distante; todos estes fatores estão sujeitos, de agora em diante, a mudanças mais rápidas do que às quais nos acostumamos nas últimas décadas.

O ritmo das mudanças não será fixo nem linear; às vezes o processo de mudança aponta para tendências contraditórias e antagônicas, como discutiremos no decorrer deste livro. Assim, por exemplo, a ascensão da *mizrahiut*<sup>7</sup> neo-ortodoxa e sua cristalização como partido e movimento social, personificados no *Shas*<sup>8</sup> – fenômeno complexo por si só – é

---

<sup>6</sup> *Mifleguet Poalei Eretz Israel*, Partido dos Trabalhadores de Israel; organização política sionista-socialista criada por Ben Gurion e outros; filiada à Internacional Socialista, seu programa era mais pragmático do que marxista, tendo contribuído poderosamente para a fundação do Estado de Israel.

<sup>7</sup> Do hebraico: orientalidade.

<sup>8</sup> *Shas*: Organização internacional de judeus *sefaraditas* observantes da Torá.

uma das tendências dissonantes, porém também integradoras, que caracterizam Israel no limiar do século XXI.

Outro exemplo é a ascensão e parcial declínio da religiosidade nacionalista como força política e simbólica. Ainda antes do *Shas*, ela implicou na politização da religião e no relativo fortalecimento dos *haredim*<sup>9</sup> *ashkenazitas*. Como esperado, a politização da religião cristalizou contra-percepções seculares e a politização do secularismo. Como, por exemplo, o partido político *Shinui*, que se apoia na demagogia populista do jornalista Iosef Lapid. Todos estes fenômenos são únicos e, somados a outros processos, causaram o enfraquecimento de parte dos centros do poder político tradicional, como os grandes partidos, a descentralização do poder político e sua dissolução em vários focos – pré-existentes ou novos – imprimindo um regime político instável, de contestável eficiência no que tange aos processos de efetivação de resoluções. A mudança na Lei Eleitoral Direta apenas acelerou este processo – até que pressões de toda ordem causaram seu cancelamento.

Os choques violentos entre judeus e árabes (tanto nos territórios ocupados como dentro de Israel) deflagrados em outubro de 2000, bem como as eleições de fevereiro de 2001, levaram a sociedade israelense a retroceder alguns anos do ponto de vista político e social, de modo que até mesmo confundiram a opinião pública, em Israel e na sociedade palestina. Contudo, com o passar do tempo, a crise fará parte da rotina, despertando assim a necessidade de uma discussão pública aberta, sincera e corajosa, a respeito dos problemas e alternativas possíveis à sociedade e Estado israelenses. Este livro se destina ao tempo no qual o debate público se efetive verdadeiramente – quando a população estiver realmente consciente e suficientemente sensível à novas idéias.

Há épocas e tempos nos quais cabe, como indivíduo e como um todo, optar entre valores contraditórios, cada qual portador em essência de objetivos definidos em si, até mesmo etiquetados, com o preço ao lado. A sensação geral é de que a sociedade está diante de um ponto assim decisivo, principalmente em função da perigosa frustração para com o regime político em vigor. Esta frustração se expressou, entre outros âmbitos, na última eleição, na qual a participação chegou somente a 59% da população com direito de voto.

---

<sup>9</sup> Do hebraico “tementes”: judeus ultra-religiosos, ou ortodoxos.

Um dos perigos mais concretos da vertiginosa instabilidade política pode ser a perda da confiança nas regras do jogo que atualmente vigoram, passível de gerar o anseio por um homem ou instituição “forte” (por exemplo, o exército), que “colocará ordem na casa”. Da mesma raiz brota o anseio para uma “coesão nacional” que cale toda oposição ao governo, sem que os que clamam pela união compreendam a função central da oposição em um regime democrático inscrito na legalidade. Os que clamam por “coesão” e “compreensão” nacional costumam sempre desejar que o lado oposto se reúna em torno de sua causa e objetivos.

\*

Outra premissa fundamental deste livro é que em Israel já há tempo se desenrolam confrontos entre diferentes culturas à respeito da definição da identidade coletiva, sobre a distribuição do patrimônio em comum e sobre a essência das regras do jogo – ao que se chama “conflito de culturas”. Esses conflitos se tornaram, portanto, um componente prosaico de nossas vidas, como por exemplo, o conflito pela estrada Bar-Ilan<sup>10</sup> ou sobre a venda de carne de porco em Ashdod ou em Beit-Shemesh<sup>11</sup>, até o ponto de quase não termos opinião formada a respeito deles. Na prática, trata-se de conflitos multidimensionais que às vezes beiram uma guerra civil. Eles chegaram ao seu ápice com o assassinato de Yitzhak Rabin, que enquanto vivia – e principalmente depois de sua morte – foi a representação máxima do *ahusal*, e com a realização das eleições de 1996.

Esses conflitos se dão pela definição da identidade do Estado de Israel, seu significado e símbolos, pelas regras do jogo e distribuição dos recursos internos entre os diferentes grupos e extratos, e sobre o lugar de cada grupo frente ao outro. Na prática, qualquer grupo da população sente-se ameaçado pelos outros, e conforme esta sensação de ameaça se intensifica, dentro do grupo ou em parte dele, assim aumenta sua disposição para a utilização de violência verbal e física, tanto internamente quanto para fora do grupo.

---

<sup>10</sup> Rota que cruza bairros judaicos ortodoxos de Jerusalém. Judeus ortodoxos clamam por leis que proíbam o tráfico de veículos nesta rota aos sábados e feriados religiosos, enquanto judeus laicos consideram tal proibição um atentado contra a liberdade.

<sup>11</sup> A comercialização de carne de porco, bem como a criação do animal, são restritas por leis do Estado.

Assim deu-se a explosão de violência dos árabes cidadãos de Israel em outubro de 2000, sendo a reação da polícia ainda mais violenta.

O que era considerado até então como a prioridade social certa, justa, válida e estável, vem se diluindo em ritmo crescente, contra nosso próprio interesse. Os tempestuosos acontecimentos da última década do século passado trazem consigo o amadurecimento de processos que eram parte da estrutura social desde a fase em que ocorreram. Além do mais, não devemos considerar as mudanças sociais que já passaram e tampouco as que ainda estão por vir a partir de termos apocalípticos. Nem tudo o que ocorreu necessariamente ocorrerá ou pode ser previsto. Nos próximos capítulos delimitaremos algumas tendências sobressalentes, das quais poderemos depreender hipóteses sobre possíveis desdobramentos futuros.

Pela natureza das coisas, os *ahusalim* em si, que apenas nos últimos anos começaram a compreender e interiorizar as expansivas mudanças por que passa a sociedade – em grande medida por iniciativa deles mesmos – e as conseqüências dessas mudanças sobre seu *status*, tentam salvar as posições de poder que ainda restaram sob seu auspício (por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça, sob a liderança de Aharon Barak) para contra atacar. Seu objetivo principal é se manter no topo da hierarquia política, cultural e econômica – ainda que não como os comandantes exclusivos. Isso eles fazem com reconhecida capacidade, a partir de tratados, pactos e coalizões com os diferentes grupos, às vezes entre seus próprios partidos, às vezes com o *Shas* e seu líder oficial ou subreptício Arie Deri ou Eli Ishái, às vezes com o partido dos imigrantes russos de Natan Sharanski.

A rompimento do controle hegemônico dos *ahusalim* se expressa no âmbito político já com a revolta de 1977<sup>12</sup>, mas seu significado pleno, até tornar-se revolução social efetiva, começou a ficar claro somente com o tempo. O *Mchl*<sup>13</sup> superou então o rival histórico *Mapai* não somente na conquista dos votos dos orientais, que pela primeira vez lograram reverter a sensação de discriminação na cena do poder político; isso aconteceu também porque os *ahusalim*, não por acaso, começaram a se reformular em torno do *Dash*<sup>14</sup>. Por um lado, o *Mchl* conseguiu pela primeira vez fazer ver a discriminação das

<sup>12</sup> As eleições de 1977 para o Knesset trouxeram ao poder o bloco do *Likud*, uma coalizão de partidos liberais e centristas, terminando com quase 30 anos de predominância do Partido Trabalhista (*Avodá*).

<sup>13</sup> *Mifletet Herut Leumit* – Partido de Libertação Nacional, criado em 1948, procedente do movimento sionista-revisionista e do *Irgun Tzvaí Leumi* (Organização Militar Nacional).

comunidades e, por outro, propôs a “judaicidade” como denominador comum, em detrimento da “israelidade” *ahusalita*. Além do mais, ele abriu parcialmente a porta para uma juventude talentosa, mas periférica, entrosar-se na política local e até mesmo nacional, coisa que o conjunto, por sua natureza, não foi capaz de fazer durante uma longa época.

E assim, consideravelmente rápido, às vezes diante da cólera e fúria da “família combatente” – veteranos do *Etzel*<sup>15</sup> e do *Lechi*<sup>16</sup> – enredaram-se na vida política, destacando-se, pessoas como David Levi, Meir Shitrit e Moshe Katzav (depois deles viriam Silvan Shalom, Shaul Amur e David Maguen. Não surpreende que os orientais buscaram junto a Menachen Begin, que cresceu mais do que qualquer político israelense imerso na cultura polonesa (até mesmo mais que Shimon Peres, que permaneceu até hoje com o sotaque estrangeiro), suas “raízes marroquinas”. Mas de uma perspectiva cultural, mesmo depois de avançarem alguns graus nas estruturas do poder, essas jovens personalidades políticas tiveram que aceitar, pelo menos parcialmente (ao contrário dos políticos que cresceram com a revolução do *Shas*), as diretrizes culturais *ashkenazita*-“ocidentais”.

A aparição de políticos orientais forçou o *Mapai* de então, no final das contas, a abrir parcialmente suas fileiras para os orientais (já não poucos, como antigamente). Assim chegaram a postos-chave – às vezes através de carreira militar, que agora se abria aos orientais – políticos como Biniamin Ben-Eliezer, Shlomo Ben-Ami, Raanan Cohen, Rafi Adari, Rafi Elul, Eli Ben-Menachen, Shalom Ben-Simchon e Amir Peretz (que hoje formalmente não faz parte do partido *Avodá*<sup>17</sup>) e outros.

Ao lado deles, nos dois partidos até então considerados governantes, a geração intermediária *ashkenazita* manteve várias posições “hereditárias”. No *Likud*, Limor Livnat, Uzi Landau, Reuven Rivlin e Ehud Olmert foram os guardiães dos muros da ideologia e a retórica nacionalista original e assim, de dentro desse desenho, eles melhor puderam competir diante dos representantes da “agenda social” (oriental) dentro do partido. No partido *Avodá*, por motivo parecido, mas devido à concepção ideológica e retórica “moderadas”, Avraam Burg, Iosi Beilin e Chaim Rimon ficaram em posição de espera,

---

<sup>14</sup> Movimento Democrático pela Mudança – bloco político centrista que formou a coalizão parlamentar de 1977.

<sup>15</sup> Organização militar dissidente que atuou na palestina contra os ingleses na década de 1940; seus membros vinham em geral dos grupos sionistas-revisionistas.

<sup>16</sup> Abreviatura de *Lohamei Herut Israel*, combatentes para a liberdade de Israel. Organização militar de resistência anti-britânica, fundada em 1940 por dissidentes do *Irgun Tzvai Leumi*.



contando que o desmoronamento político-nervoso que caracteriza hoje o cenário israelense os devolva às posições políticas estratégicas. Os dois partidos possuem características parecidas com as características dos *ahusalim* originais; entretanto, em ambos, essa geração foi tragada pela cultura pós-materialista em comum. No *Likud* se enfraquece, no fim das contas, o discurso agressivamente nacionalista, uma vez que a nova economia globalizada não permite conflitos étnicos, que no partido *Avodá* levará ao apagamento de vestígios da orientação socialista que ainda perduravam. A falta de nitidez das diferenças entre esses dois partidos continuará, mesmo que não necessariamente, através da coalizão parlamentar do governo de união nacional.

No jogo da sigla *ahusal* se altera – paralelamente a esse processo – a sorte da letra ‘s’. O socialismo se desgastou enquanto declaração política e social. Mudanças na economia mundial empurraram os países do ocidente, entre eles Israel, para à economia de mercado. Não apenas a *Histadrut HaClalit*<sup>18</sup> se desmantelou. Muitos princípios piloto da sociedade e do patrimônio vestiram outra roupa. Os *ahusalim* passaram a ser *ahulim* – sem o antigo socialismo.

Na perspectiva do ano 2001 é interessante observar a cativante história da ascensão de Biniamin Netanyahu e Ehud Barak. Isso foi parte do passado (que talvez retornará), no qual *ahusalim* relativamente jovens se firmaram no topo da pirâmide e, aparentemente, conduziram uma dramática mudança de direção. Esta época da metade dos anos de 1990 viu um tipo de resgate cativante, pré-cursor na evolução política de Israel. Yitzhak Rabin, no seu primeiro mandato, até mesmo ele, bem como seus dois herdeiros, foi um *sabra*<sup>19</sup>, *ashkenazita*, secular e nacionalista. Mas ele fracassou, até voltar, e mesmo Netanyahu e Barak também fracassaram – como que tornando claro que não se abriu de verdade um novo capítulo na conquista do governo pela primeira geração nascida no país.

Essas tendências de mudança encontram-se assim ainda em processo de produção. Outra coisa está totalmente clara: a *ahusalidade* na sua fórmula antiga feneceu sem possibilidade de volta. No entanto, não há dúvida sobre a teimosa existência de um outro tradicional fenômeno: a desigualdade de antes se manifesta ainda de maneira grave.

---

<sup>17</sup> *Avodá*: Partido trabalhista.

<sup>18</sup> Confederação Geral dos Trabalhadores do Estado de Israel.

<sup>19</sup> *Sabra*: nascido em Israel.

\*

As populações que ainda são mais discriminadas do que outras apesar – e talvez por causa – dos processos de fortalecimento que se desenrolaram entre elas nos últimos anos, são principalmente os árabes palestinos e os judeus ortodoxos (tanto *ashkenazitas* como *sefaraditas*). Os árabes assim sentem, e com razão, não apenas pelos excessivos direitos políticos, econômicos e culturais outorgados aos judeus e os direitos básicos dos quais os árabes foram privados, mas também porque suas vozes e reivindicações não são consideradas legítimas num Estado que se define como judeu em suas Leis Fundamentais. Os judeus ortodoxos, e em parte os religiosos nacionalistas, sentem-se prejudicados porque, no Estado que se gaba de sua condição judaica, ainda há vantagem política e cultural – mesmo que não exclusiva – para as elites, para as normas, para valores básicos e para a ordem social e política *ahusalita* em sua essência. Aos olhos dos judeus ortodoxos esses são valores “não judaicos”, ou, pior do que isso: de judeus “helenizados”.

Paralelamente à tentativa de todo grupo e segmento de concentrar poder, em geral a custa dos outros, desenrola-se no Estado de Israel uma estranha competição entre os diferentes segmentos em torno da questão “qual é o segmento mais discriminado”; isso porque a discriminação conhecida no passado e no presente tem se transformado num bem político, servindo de base para novas reivindicações ou ações afirmativas.

Em Israel há, na prática, três tipos de desigualdade. A primeira é a desigualdade fincada nas diferenças cada vez maiores na distribuição de renda e dos recursos públicos; esse é um fenômeno universal, não exclusivo de Israel. Neste contexto, ela opera em benefício dos *ahusalim*. A segunda é a desigualdade civil-política, que brota principalmente do fato de Israel ser uma sociedade essencialmente formada por imigrantes, que com dificuldade desvencilha-se das origens religiosas do nacionalismo israelense. A terceira é a desigualdade cultural, que se expressa no grande número de culturas, mas sem pluralidade cultural – quer dizer, sem o reconhecimento da legitimidade das diferenças culturais e das necessidades que isso demanda.

O problema da desigualdade encontra dificuldade de traduzir-se em termos políticos e sociais definidos, devido ao atrito parcial entre essas três categorias. A desigualdade civil é compreendida – pelo menos até recentemente – como óbvia entre grande parte da maioria

judaica. Daí também brota a grande distorção do conceito de “democracia” em Israel, no sentido da definição de governo da maioria sobre a minoria, sem consideração à proteção dos direitos do cidadão e igualdade civil das minorias diversas (principalmente árabes e mulheres) diante da arbitrariedade de uma maioria imaginária.

A grande parte dos grupos *ahusalim* foi e permanece laica e até ateia. A maioria deles, emocionalmente e ideologicamente, posiciona-se profundamente contra a religião. Eles vêem na religião uma fidelidade e estilo de vida que vem se esgotando no mundo que marcha em direção ao esclarecimento proporcionado pela ciência. Ao mesmo tempo, prolifera o uso de códigos e símbolos emprestados da religião como parte da cultura hebraica. O nó górdio se aperta mais ainda devido à concessão de diferentes significados para os três seguintes conceitos: “judaísmo”, interpretado geralmente como religião; “israelidade”, vista como um conceito relacionado ao Estado secular universalista, e que também contem em si cidadãos não judeus; e a “hebraicidade”, invenção *ahusalita* que confunde o estilo cultural do Estado de Israel e as fronteiras entre religião e nação.

Porém, a tentativa de fornecer à símbolos religiosos um significado nacional-secular, como, por exemplo, a construção do conceito de “Sião”, renovado em “Sionismo” ou como nacionalismo laico, logrou sucesso apenas parcial. Às vezes fundamentos originais escapam dos textos tradicionais do judaísmo e parece como que eles (fundamentos) prevalecem sobre o nacionalismo laico.

Desde o começo do século passado alguns intelectuais do Estado de Israel e de fora dele tomaram a identidade étnico-religiosa judaica e a recriaram enquanto nacionalismo moderno, laico e territorial – o sionismo *ahusalita*. Esse processo foi feito com grande impulsividade e partir da mescla de meios políticos, econômicos, tradicionalistas e principalmente culturais, como por exemplo, o desenvolvimento da historiografia e mitologia e interpretação laica de textos religiosos, principalmente através da atualização do idioma hebraico. Semelhantemente a outros casos de criação de nacionalismos, ou da concessão de novo significado à identidade coletiva em vigor, essa foi uma luta principalmente de elites donas de claros interesses sectários e materiais.

Porém, é natural que as formulações para este nacionalismo tenham passado então por consideráveis mudanças, subdividindo-se em algumas direções, sobre as quais se discutirá ao longo do livro. Apesar de parecer que, no momento, elas se aproximam do fim

de uma tendência, o fim da hegemonia dos *ahusalim* é apenas um dos componentes deste ciclo nacionalista.

### Desigualdade e Discriminação

No caminho para o entendimento da *ahusalidade*, há de se reconhecer que tanto em Israel quanto na época do *Iishuv*<sup>20</sup>, jamais houve uma desenvolvida consciência de classe. E não por acaso. O socialismo sionista, na fórmula de David Ben-Gurion e Berel Katzenelson – os pais da *ahusalidade* política e cultural – expressou-se então e sempre, principalmente na retórica, que encobriu variados interesses. Assim, por exemplo, as pessoas da segunda e terceira ondas imigratórias para a palestina é verdade que se apoiaram em slogans socialistas e quiseram criar uma classe de operários, mas no entanto o fizeram com o apoio de recursos nacionais captados da burguesia judaica espalhada pelo mundo através dos mecanismos da *HaHistadrut HaTzionit HaOlami*<sup>21</sup>. O conflito de classes se deu em seu começo contra o operariado árabe capacitado e mal remunerado, empregado em *moshavot*<sup>22</sup> e pela burguesia urbana. Sob o slogan nacional “trabalho hebraico” exigiu-se a substituição do árabe pelo operário e guarda hebraicos, que eram mais caros e menos capacitados, porém supostamente portadores de uma consciência nacional e socialista.

Paralelamente a isso, se estabeleceram não somente grupos e *kibutzim*,<sup>23</sup> mas também conjuntos de fábricas e serviços como parte da Confederação dos Trabalhadores (como por exemplo a “*Solel Bone*”<sup>24</sup>). Eles acumularam capital e foram grandes empregadores, que em si estavam interessados no trabalho hebraico, conquanto que barato. Com eles operaram líderes, políticos e burocratas, do tipo confederado e partidário, que se estabeleceram nas cidades (principalmente Tel Aviv e Haifa) e souberam preocupar-se devidamente com seus próprios salários, apesar da retórica de igualdade de seus discursos. E, no entanto, a comunidade judaica na Palestina, sob o governo colonialista britânico, foi uma sociedade relativamente igualitária. De modo geral, os conflitos se concentraram

---

<sup>20</sup> Comunidade judaica da Palestina anterior a fundação do Estado de Israel, em 1948.

<sup>21</sup> Confederação Sionista Mundial

<sup>22</sup> Plural de *moshav*, aldeia ou colônia em bases cooperativas.

<sup>23</sup> Plural de *kibutz*, colônia coletiva israelense baseada na posse comum da terra e dos meios de produção.

<sup>24</sup> Empresa organizada pela Confederação dos Trabalhadores, em 1924; dedica-se à construção, obras públicas e indústria.

principalmente na distribuição da divisão de recursos captados de fora da sociedade ou em torno das regalias que se podia conseguir do mandato colonial<sup>25</sup>.

Contudo, as diferenças e desigualdades econômicas, tanto na renda individual e domiciliar quanto na aquisição de patrimônio (que se acumula e passa de geração a geração), começaram a crescer com as ondas migratórias não criteriosas de depois da fundação do Estado de Israel e no começo dos anos de 1950. Vastas propriedades árabes abandonadas foram tomadas, e quem se beneficiou ocupando-as ou apossando-se de parte delas enriqueceu bastante em termos de patrimônio. Além disso, o Estado gerou uma nova classe média que competiu exitosamente com a velha classe burguesa e civil já estabelecida. Esta classe, criada sobretudo da combinação da aquisição de estudo (principalmente acadêmico) e da melhoria da situação econômica geral no Estado de Israel, acomodou-se à configuração econômica da *ahusalidade*. Seus integrantes foram os principais beneficiados da melhoria econômica, principalmente depois das indenizações e pagamentos da Alemanha.<sup>26</sup> À classe da burocracia público-estatal, civil e militar, cristalizada com o estabelecimento do Estado, aderiram gradativamente grupos da elite profissional (“o colarinho branco”), artistas, profissionais de comunicação de massa, judiciários, cientistas e acadêmicos, representantes da elite comercial e de segurança, bem como proprietários comerciais e donos de empresas de médio e grande porte.

Relativamente rápido, também através de casamentos, houve uma fusão quase completa entre a classe média civil tradicional e a nova classe média. Essa foi a base econômica e étnico-histórica dos *ahusalim* – os heróis centrais deste livro. Os integrantes dessa nova classe foram não somente os soberanos do país, mas também os defensores do Estado de Israel na prática da agressiva política da *mistura dos exílios*. Eles “absorveram” e “educaram” os novos imigrantes, distribuíram a nova população e empreenderam novos feitos econômicos, geralmente subsidiados pelo Estado ou pela *Histadrut HaTzionit HaOlami*.

\*

---

<sup>25</sup> A propósito, remeto a *Zichron Dvarim*, de Yaakov Shabtai (1934-81), traduzido ao português com o título *Passado Contínuo*, romance que traça um decadente retrato psicológico-social individual e familiar de personagens vinculadas a esse contexto.

<sup>26</sup> Já a partir da década de 1950 foram selados acordos de reparação de guerra através dos quais a Alemanha indenizou financeiramente o Estado de Israel.

As sementes da grande desigualdade econômica e material existente hoje no Estado de Israel foram semeadas, conforme dito, no início dos anos de 1950, aflorando nos anos de 1960 e 1970, principalmente com o “boom” econômico posterior a guerra de 1967. Foi quando começaram a se desenvolver os grandes empreendimentos e em Israel também entraram em cena as empresas multinacionais (já que o medo do boicote econômico árabe não mais pairava sob suas cabeças); a indústria da segurança cresceu de maneira sem precedente, por meio de pesado auxílio americano. Israel transformou-se desta maneira num país industrial demandando, assim, trabalho e capital. O constante crescimento econômico, acompanhado às vezes de crises programadas para manter uma baixa média salarial, permitiu a expansão da classe média, na qual também foram absorvidos indivíduos e famílias de variadas origens étnicas (incluindo uma pequena parte da população árabe), bem como imigrantes há menos tempo no país, providos de iniciativa ou capital pessoal e material iniciais. Entretanto, ainda muitos dos imigrantes mais recentes, grande parte deles situados na periferia, orientais e judeus religiosos *ashkenazitas*, ficaram para trás, e assim foi sobressaindo a expressão étnico-espacial da desigualdade – cidades em desenvolvimento, conjuntos habitacionais de novos-imigrantes e bairros carentes.

Israel é um Estado de bem-estar declarado, possuidor de estruturas burocráticas e leis que visam à diminuição da desigualdade econômica e social através, por exemplo, de renda mínima garantida pelo Estado, seguro desemprego, seguro saúde estatal e lei de salário mínimo. Apesar disso, é de aproximadamente duas dezenas o desnível entre as faixas salariais da metade superior da pirâmide social, obviamente da décima parte superior, e dos que estão na parte inferior dela; esse desnível é maior em Israel do que na maioria dos países do ocidente, principalmente da Europa setentrional, e parecido com o desnível presente nos Estados Unidos e na Inglaterra. De acordo com os dados governamentais sobre o imposto de renda do ano de 2000, que examina unicamente a renda livre de imposto, as duas dezenas inferiores em Israel ganham aproximadamente 4% da renda líquida, diferentemente das duas dezenas superiores, que ganham aproximadamente 49% das rendas. Quando consideramos a influência da tributação das rendas, o desnível cresce ainda mais e os números ficam proporcionalmente em 3% contra 57%.

De acordo com os dados do Instituto para a Previdência Social<sup>27</sup>, toda quinta pessoa e toda quarta criança em Israel viveram, em 1999, abaixo da linha de pobreza. As maiores concentrações de pobreza encontram-se, não por acaso, entre a população árabe e as populações judaico-ortodoxas. As rendas de aproximadamente metade dos cidadãos árabes e judeus ortodoxos estão abaixo da linha de pobreza. É aceitável supor que essa tendência continue no futuro: os pobres serão mais pobres e os ricos mais ricos. Assim, somente entre 1997 e 1999 a estatística da desigualdade (index *Gini*) entre as dezenas superiores e as dezenas inferiores subiu em 1,6%.

A *Histadrut*, um dos fundamentos da engrenagem político-econômica-cultural da *ahusalidade*, em seu apogeu, apoiou-se sobre fortes comitês de trabalhadores e forneceu apoio concreto a eles. Depois que se desfez de seus bens econômicos (por exemplo, o *Kor*<sup>28</sup>, o Banco dos Trabalhadores, e desde janeiro de 1995 também o Plano de Saúde Geral, com ela identificado desde seus anos de formação, que datam de 1920), sob a regência de Haim Rimon, fortaleceu-se ainda mais o status econômico das organizações trabalhadoras.

Por causa deste processo, somado à tendência de privatização, da crise dos bancos e das ações na metade dos anos de 1980 e a desaceleração econômica promovida pelo Ministério do Tesouro entre 1996 e 2000, foram prejudicadas principalmente as classes médias *ahusalitas*<sup>29</sup>. Em seus lugares surgiram grandes grupos familiares proprietários, que ainda não estavam identificados necessariamente com a *ahusalidade* e sua cultura. As classes mais baixas também saíram prejudicadas pela passagem, tanto na indústria como na agricultura, dos empreendimentos que demandam trabalhadores para os empreendimentos que demandam capital, tecnologia e informação. Essa passagem criou um nível mais ou menos fixo de desemprego durante os últimos anos, e foi acompanhado da absorção de centenas de milhares de trabalhadores estrangeiros, que empurraram os salários para baixo.

Excetuando-se os grandes anos da imigração, e alguns poucos pontos específicos (principalmente nas colônias beduínas no Neguev – sobre isso veremos adiante) também atualmente, não há em Israel a fome e a pobreza conhecidas nos países do Terceiro Mundo e até mesmo em parte dos países desenvolvidos, de modo que o degrau mais baixo na

---

<sup>27</sup> *HaMossad LeBituach Leumi*.

<sup>28</sup> Consórcio industrial.

<sup>29</sup> Adjetivação do termo *ahusal*.

escala da renda e da qualidade de vida ainda é relativamente alto. As brechas entre as dezenas inferiores e as superiores, apesar disso, estão em crescimento, inclusive no sentido da distribuição de conhecimento essencial, apesar da diferença na retórica, entre os partidos determinadores da política sócio-econômica. Nos últimos dez anos, de forma quase independente dos sucessivos governos, a política fiscal e monetária foi determinada por um grupo de economistas profissionais do Ministério do Tesouro e do Banco Central portadores de concepções liberais neo-conservadoras e *ahusalitas*. Eles apresentam as necessidades do Estado de acordo a como eles as compreendem.

Outra grave discriminação social, política e econômica contida na estrutura ideológica provém da forma de apropriação das terras. A terra é o bem material básico sob o qual se assenta o fundamento de toda sociedade humana, e em Israel ela é um dos recursos mais caros e escassos, e quase toda ela está nacionalizada. 93% de todos os terrenos no país são propriedade pública. Aproximadamente 15 milhares de *dunam*<sup>30</sup> pertencem à administração dos bens imóveis de Israel, e aproximadamente 2,5 milhares de *dunam* encontram-se sobre controle do *Keren Kaimet LeIsrael*.<sup>31</sup> Essas terras são, conforme a definição legislativa, propriedade do “povo judeu”. Esse fenômeno da posse de terras nas mãos do Estado aproxima o regime em Israel a uma espécie de feudalismo estatal, cujos principais beneficiados foram os *ahusalim*. Em essência, a existência de um monopólio deste tipo confere ao Estado poder e centralismo intoleráveis num regime comprometido com sua democracia, que supostamente compreende todos seu cidadãos em todos os seus segmentos.

O Estado e o *Keren Kaimet LeIsrael* arrendam terras num grande raio conforme seus estatutos, baseados nas leis do Estado e no tratado entre o Estado e o *K.K.L.* Assim, por exemplo, de acordo com o estatuto do *K.K.L.*, pode-se consignar ou arrendar terras unicamente à judeus ou assentamentos judaicos. É verdade que no estatuto da administração dos bens imóveis de Israel não há nenhuma cláusula explícita que tange este tópico, porém na prática, do total dos arrendamentos de terra de toda ordem no Estado entre 1948 e 1996, apenas 0,25% (!) foram arrendados para cidadãos árabes ou assentamentos

---

<sup>30</sup> Dunam: unidade de medida de terras que equivale a 1000 metros quadrados.

<sup>31</sup> Fundo agrário estabelecido pela Organização Sionista Mundial para a aquisição de terras na Palestina, como patrimônio nacional judaico, base para o estabelecimento do moderno Estado de Israel.



árabes, beduínos ou druzos.<sup>32</sup> Desde a fundação do Estado de Israel, não foi permitido o estabelecimento de nenhum novo povoamento árabe, e os governos não reconheceram as dezenas de assentamentos que surgiram devido a carência de terras por parte da população árabe. Os assentamentos que não gozam de reconhecimento não recebem serviços básicos e não estão conectados aos sistemas de água, energia elétrica, telefone etc.

Nos últimos anos a luta pela terra vem crescendo. Esta é uma luta não somente entre os árabes e o Estado judeu, mas também entre os diferentes segmentos da população judaica – intra-segmentária, e entre os segmentos e o Estado. O conflito é marcado pela outorga de posse, porém se dá principalmente devido à mudança nas políticas do uso da terra, destinada à agricultura ou à construção privada. Pode-se também esboçar os conflitos de natureza étnica e de classe no tema da moradia pública, conduzidos principalmente por mobilizações sociais de *orientais*, visando a divisão do patrimônio estatal e sua transferência aos arrendatários, ainda que esse conflito diga mais respeito à transferência da posse de apartamentos de conjuntos habitacionais para as mãos de seus moradores, do que à posse da terra sobre a qual foram construídos.

\*

Diante de nós, portanto, há a clara negação de direitos humanos e direitos do cidadão, tanto na legislação como no conjunto, o que resulta no distanciamento de segmentos sociais inteiros do patrimônio coletivo. O agravamento desta desigualdade econômica obviamente faz aumentar a desigualdade social e política. Por causa dos mecanismos israelenses de socialização, este assunto não alcançou suficientemente a consciência coletiva e a discussão pública. Contudo, é tido como consenso que a outorga de plena igualdade de direitos a todos os segmentos da população não condiz com o contexto específico do Estado de Israel – tanto porque é necessário garantir o seu caráter judaico quanto por sua existência estar em xeque e em situação de guerra contra inimigos que aspiram e supostamente são capazes de aniquilá-lo. Na base de tudo isso está o medo que paralisa o Estado de Israel desde sua fundação até hoje, medo que os *ahusalim* e os religiosos nacionalistas souberam explorar, por meio da crença de que há legitimidade ética

---

<sup>32</sup> Druzos: minoria étnico-religiosa árabe.

para esta desigualdade construída pelo regime. Por isso é que o discurso público econômico está quase totalmente separado do discurso social e revestido, a princípio, de caráter étnico e étnico nacional. Pelo fato de a maioria dos pobres estar concentrada entre as camadas *orientais* e entre os árabes, os protestos e revoltas também se expressarão em termos étnicos e nacionais.

Além disso, destacaram-se nos últimos anos na consciência coletiva, em grande medida por causa da aparição de ideologias e grupos feministas (por exemplo, o *Esforço pelo Status da Mulher*, fundado em 1984 e responsável pela reunião de mulheres públicas de quase todas as matizes políticas e mulheres de destaque na comunicação de massa e na academia), temas relacionados aos direitos da mulher. Destacaram-se principalmente temas como a desigualdade nos salários; a representação desproporcional nas bases do poder político e econômico; violência contra a mulher e a criança e assédio sexual. Conseqüentemente, decretaram-se algumas leis e sentenças precedentes do Supremo Tribunal de Justiça relativas à discriminação em relação à representação feminina nas corporações públicas (como diretórios sociais e até mesmo conselhos religiosos). No entanto, ainda hoje em dia, as mulheres mais discriminadas não gozam da melhoria do status feminino, benefício colhido somente por aquelas que de fato pertencem aos grupos mais fortes.

Outra discriminação básica e explícita que não foi superada até o momento, cuja origem reside na essência do Estado “[mais] judeu e [menos] democrático”, é a discriminação legislativa de toda a população feminina. Esta situação tem suas raízes, conforme dito, na falta de capacidade do sionismo em separar religião de nação<sup>33</sup>. Aqui não é discutido o “teto de vidro” invisível e informal com o qual se defrontam quase todas as mulheres do mundo, e sim, em essência, a estrutura específica do regime de Israel. Esta discriminação brota da alienação legislativa e judicial do matrimônio, não vinculada às

---

<sup>33</sup> A propósito, remeto ao texto de Don Handelman *Contradições Entre Cidadania e Nacionalidade: Suas conseqüências para Etnicidade e Desigualdade em Israel*.

casas legislativas eleitas e aos tribunais do Estado, mas submetida às leis da *halachá*<sup>34</sup> e aos tribunais rabínicos da vertente ortodoxa, patriarcais em sua essência.

É verdade que recentemente foram criados tribunais civis para assuntos da família; entretanto, enquanto estes tribunais não puderem oficialmente realizar e autorizar casamentos, e sobretudo divórcios, os tribunais rabínicos e suas ramificações também exercerão controle absoluto sobre os temas relacionados ao casamento e ao divórcio, como divisão de bens, tutela dos filhos, etc. Isso lhes dá vantagem absoluta diante das instâncias civis. A concessão da possibilidade de escolha entre as alternativas, quer dizer, a concessão do direito ao casamento civil, paralelamente ao religioso, como em qualquer país normalizado, é um a necessidade nacional. Ainda que as reformas apresentadas por Barak, quando então Primeiro Ministro, durante a crise da coalizão em setembro de 2000, tenham sido oportunistas do ponto de vista de estratégia política, há nelas um que de abertura para o debate público, conferindo legitimidade à futuras mudanças neste sentido; daí sua grande importância.

O status da mulher bem expressa algumas características sobressalentes e problemáticas da sociedade e do Estado de Israel; há dúvida se muitas mulheres alcançarão num futuro próximo posição central nas disputas políticas, sociais e culturais no país. As mulheres são a categoria mais heterogênea em qualquer país e sociedade, e estão distribuídas por toda a extensão da escala social e por todo o arco cultural. Seus interesses enquanto mulheres estão muitas vezes sujeitos a chocarem-se com seus interesses enquanto membros de um grupo e de uma ou outra cultura. Suficiente foi, por exemplo, ver a saída dos grupos de mulheres *orientais* das discussões do *Esforço das Mulheres* – organização claramente *ahuslita* – ou ver as diferentes prioridades das mulheres árabes, para entender quais dilemas e dificuldades se impõem diante das mulheres que querem atuar como promotoras de mudança social e influenciar em nível nacional e, ao mesmo tempo, lutar em prol de seus interesses específicos. Daí que as mulheres, dentro de todos os grupos, batalharão pela melhora de seu status no contexto de seus grupos e culturas. É verdade que

---

<sup>34</sup> Do hebraico: compêndio de leis e preceitos que os judeus observantes respeitam. O *corpus haláchico* foi compilado na Alta Idade Média; porém, como resultado do surgimento de novas formas de arranjos sociais, por um lado, e de avanços tecnológicos por outro, constantemente são acrescentadas novas regras aos 613 preceitos que constituem a *halachá*.

a melhora do status de uma categoria social também implica na irradiação sobre o status geral da mulher e sobre a igualdade no Estado, porém isso não necessariamente ocorre.

Já nos é suficiente para determinar que a continuação do regime dos *ahusalim* conservou muitíssimo da desigualdade. Além disso – e mesmo na boa intenção de seus princípios – ele herdou a desigualdade do estilo de governo que a gerou. E assim, mesmo com o fim da hegemonia dos *ahusalim* tradicionais, sua influência seguiu sendo bem conhecida também nesse importante aspecto.

### **A primeira cultura a se rebelar**

Outro processo central derivado do enfraquecimento da hegemonia dos *ahusalim* e que, ao mesmo tempo, acelerou o seu fim, foi a ramificação cultural política do Estado de Israel. Israel vem se entrosando com um novo mundo, vertiginosamente variado, no qual identidades culturais anteriormente segmentas, oprimidas, ocultas ou relegadas à periferia, vem movendo-se para o centro da arena. Às vezes estas culturas são reformuladas ou revistas; em Israel, assim como nos Estados Unidos, na condição de países de imigrantes-colonizadores, a variedade de identidades acompanha, pelo menos parcialmente, as ondas migratórias e a origem dos imigrantes.

À redefinição conceitual destes grupos como dotados de direitos culturais que conduzem a direitos políticos e econômicos independentes, também aderem cada vez mais os “locais”: os cidadãos árabes que durante aproximadamente cinquenta anos desapareceram de nossas vistas, como se não fossem parte de nós. Justo agora, conforme se desenha a existência de um cenário de pluralidade de culturas, os árabes integram-se com sua identidade de cidadãos israelenses-palestinos no interior do novo mosaico que vem se cristalizando aqui.

Assim é produzida, contra seu interesse, uma nova *israelidade*, tanto como situação estrutural quanto potencial de supra-cultura coletiva mas que, sobretudo, produz um cacho de subgrupos, onde cada qual define a si mesmo de forma diferente. Essa nova *israelidade* é resultado mosaico do esfacelamento da hegemonia político-cultural da “*israelidade*” secular, aparentemente ocidental, *ahusalita*. Para o espaço vazio deixado por esse esfacelamento, partiram alguns grupos e culturas quase autônomos, ainda que dependentes um do outro. Esse processo se sucedeu através da lenta vigorização de grupos da população que no passado estiveram situados à margem, ou pelo surgimento de novas populações na variada sociedade de um Estado de imigração. Essas populações, como por exemplo os imigrantes de língua russa, representaram um grave incômodo, que também se expressou no poder político e aquisição de ingerência social, inexistente até então.

Fronteiras sociais que foram antes estabelecidas definiram-se ainda mais, e novas fronteiras sociais – apoiadas nas novas identidades coletivas – vem se criando. Essas fronteiras e identidades redimensionam e imprimem memórias coletivas particularistas que

recontam, de maneira diferente à antes aceita, as origens do grupo e seu lugar no conjunto e, através disso, a história do Estado de Israel como um todo.

Às vezes há sobreposições parciais entre os diferentes grupos e culturas; entretanto na maioria das vezes as fronteiras são fixas e intransponíveis, prevalecendo o que os diferencia em relação ao que os une. Um mercado de casamentos comum entre noivos e noivas quase não existe, não há uma “mesa em comum”, os bairros residenciais são quase completamente separados; são diferenciados também os estilos de consumo, estilo de vida, peças de roupas identificadoras, gírias e sotaques – tudo isso sinaliza a fronteira, ou presencia parte dela. As diferentes culturas também se apoiam sobre diferentes estruturas institucionais e sócio-políticas, como escolas, templos, credos religiosos ou civis, redes comerciais, instituições de caridade e diversos meios de comunicação (impressos, gravados, difundidos por rádio e televisão). Para cada cultura há não somente uma orientação própria, mas também uma diferente concepção das regras do jogo e da divisão adequada dos recursos de todo o Estado. Às vezes, como no caso do *Shas*, ela se manifesta através do sistema “de justiça” à parte; para o aumento da confusão e falta de saída, esse sistema às vezes abarca toda a população.

Assim foram criadas as culturas e identidades religioso-nacionalista, ortodoxo-nacionalista (judaica, mas não sionista), oriental-tradicional, russa, etíope, árabe-israelense e a da classe média laica veterana, que recebe novos membros. É claro que elas também não são homogêneas já que, dentro de cada uma delas, há grande diferenciação e inclusive conflitos internos. A cristalização destas novas culturas e contra-culturas não significa necessariamente sua retirada do Estado ou do jogo político, mas sim o inverso: cristalização que visa o acúmulo de poder na arena política. Mesmo aqueles que negam a tendência centrífuga na sociedade tem consciência da existência de diferentes culturas, e de posições polarizadas do público diante de cada uma dessas culturas e diante do fenômeno como um todo.

Acima de tudo, desenha-se a questão do por que, como e quando os *ahusalim* perderam a hegemonia de seu governo, e qual é o regime político cultural alternativo que está tomando forma diante de nossos olhos. Este livro visa responder esta pergunta e também formular as linhas gerais do que é visto pelo autor como o regime desejado e adequado para o lugar desse que vem se modificando, para pior segundo alguns.

\*

A primeira cultura que se desdobrou parcialmente de dentro da cultura *ahusalita*, voltando-se contra ela, mas permanecendo parte dela – e assim transformando-se na pioneira na ruptura de sua hegemonia, foi a religiosa-nacional. Religiosos-nacionalistas-sionistas, filhos da geração que fundou o Estado de Israel, foram os primeiros a censurar a hegemonia das elites veteranas e a ordem social em vigor. Sua revolta foi dupla. Primeiro, contra a geração de seus pais, que para eles fracassou no cumprimento de sua meta histórica, quer dizer, ser elemento ativo na religiosificação do povo e na transformação do Estado de Israel em Estado teocrático regido pelas leis da *Torá*<sup>35</sup>. Em lugar disso, logrou a geração dos pais um lugar periférico na estrutura, entre o secularismo governamental atropelador e a ortodoxia auto-isolada. Assim se estabeleceu uma das diferenças fundamentais entre os ortodoxos – tanto os *ashkenazitas* como os *orientais* – que se ocupam da atividade doutrinário-ideológica de religiosificação (*Kri*, “*hazará b'tshuvá*”<sup>36</sup>), e entre a religiosidade *fiel*<sup>37</sup>-nacional, empenhada em levar a religiosificação ao plano coletivo (“redenção”), quase desinteressada no proselitismo individual.

A nova religiosidade nacionalista também se revoltou contra o sionismo laico. De acordo com sua interpretação dos ensinamentos do rabino Yizthak HaCohen Kook, há um projeto supra divino, em cujo marco já foi concluída a função dos laicos na construção do único estado judeu possível; apesar de os laicos, de acordo com esta ótica, ainda não terem entendido que lhes cabe agora ceder a vez e, não o fazendo, poderiam estar arruinando o processo cósmico, cujos sinais explícitos foram as duas guerras – a guerra de 1967, que sinalizou o fim da etapa inicial da redenção, e a guerra de 1973, que foi um tipo de aviso para concertar os desvios daquele caminho que supostamente levaria à redenção.

O grande momento dos religiosos nacionalistas chegou com a crise ideológica que atingiu a *ahusalidade* em virtude dos resultados da guerra de 1967; embora caiba lembrar que a idéia do “*Grande Israel*”<sup>38</sup> – política, aqui e agora, ou seja, a anexação de todos os territórios conquistados, incluídos os assentamentos – surgiu primeiramente justo entre os

<sup>35</sup> Literalmente: Lei; nome dado aos cinco primeiros livros da bíblia hebraica.

<sup>36</sup> *Hazará b'tshuvá*: expressão que designa a opção de um judeu laico pela ortodoxia como sistema de vida.

<sup>37</sup> O termo *fiel* em itálico é referência direta ao *Bloco dos Fieis* (*Gush Emunim*).

<sup>38</sup> Remete as fronteiras do Israel Antigo.

[G1] Comentário: Missionaria(

[G2] Comentário:

*ahusalim*. O movimento para o *Grande Israel* incluiu parte afiada e seleta da elite intelectual *ahusalita*, através da corrente ativista do movimento do *Avodá*, acrescida de uma célula de revisionistas veteranos. É ilustrativo delinear que aqueles que assinaram a demanda publicada em setembro de 1967 exigiram, junto com a anexação de todos os territórios conquistados na guerra (incluindo a península do Sinai), a concessão da cidadania e igualdade absoluta a todos os habitantes dos territórios que seriam cidadãos do “*Grande Israel*”. Assim, passou-se à prática do discurso colonialista, que nos acompanha até o dia de hoje.

Entre o grupo *ahusalita*-laico em prol da “*Grande Terra de Israel*” não houve quem realizasse a idéia com o devido fervor, mas esses intelectuais pavimentaram o caminho que deu legitimidade às experiências colonizadoras de grupos religiosos nos territórios conquistados. Esse aval tornou difícil aos diferentes governos, mesmo para os que o quiseram, combater as iniciativas colonizadoras que vieram “de baixo”. Tal grupo também pavimentou, com o passar do tempo, o caminho para o movimento *Gush Emunim*<sup>39</sup> em direção ao centro simbólico e político da sociedade, uma vez que este bloco gozou de amplo apoio governamental.

A falta de uma proposta política alternativa em relação ao futuro dos territórios conquistados e seus assentamentos não foi fruto do acaso. Essa falta se configurou no caráter do Estado de Israel. Como sociedade de imigrantes colonizadores, ela ainda translada consigo fronteiras terrestres e distâncias territoriais; fronteiras num estado desse tipo não são fixas, mas vão expandindo-se territorialmente (em faixas). Isso se expressa, por exemplo, na declaração do “terceiro reinado de Israel”, de David Ben-Gurion, logo após a conquista do Sinai em 1956. Sobre essa base ideológica, remodelou-se a religiosidade nacional *fiel* que se criou em consequência de 1967: ela forneceu uma versão renovada dos mesmos símbolos, códigos culturais e práticas políticas que serviram à comunidade judaica na Palestina antes da guerra de 1948 e até mesmo antes do estabelecimento do estado soberano.

Os territórios fronteiriços, que pareceram supostamente inapropriados em virtude da guerra de 1948, reabriram-se em razão disso à colonização judaica. Seus entusiastas foram os filhos da jovem geração dos religiosos nacionalistas, que estabeleceram um movimento

---

<sup>39</sup> Literalmente: Bloco dos Fiéis.



político-social, colonizador e religioso. O *Gush Emunim* carregou durante um longo tempo a carga ideológica da sociedade israelense, reivindicando para si a condição pioneira e realizadora dos “preceitos nacionais”, quer dizer, reunião de todos os territórios da “*Terra de Israel*”. O fundamento da ideologia foi e seguiu sendo: todo território conquistado por soldados do estado passa a formar parte da *Terra de Israel*: terra de origem e terra sagrada ao mesmo tempo, devendo ser governada e habitada por preceito divino; assim como os pioneiros *ahusalim* veteranos a “redimiram” na época pré-soberana.

Mas o processo que então teve seu início, fortalecendo-se em consequência da guerra de 1973, foi mais profundo: se antes disso expressaram-se os fundamentos religiosos nacionais principalmente submetendo o âmbito matrimonial às leis da *halachá*, agora começa um processo de religiosificação de toda a identidade nacional e política, através da ênfase no “judaísmo” do Estado de Israel em detrimento de sua “israelidade”. O fortalecimento dos fundamentos religioso-ideológicos no nacionalismo também esteve ligado à crescente ênfase dos conceitos de terra, sangue e sepulturas dos patriarcas. Estes conceitos fomentaram a tensão em torno da questão sobre qual é a base de pertinência à sociedade israelense judaica e quais os direitos e deveres a isso inerentes.

O início da organização institucionalizada do *Gush Emunim* se deu com a separação do movimento dissidente *ahusalita* que se criou logo após o fim dos combates de 1973, que reivindicou a substituição dos chefes de governo, em virtude do que foi chamado de “o fracasso”, uma vez que Israel encontrou-se despreparado para a eclosão da guerra e esteve perto de uma derrota militar avaliada como perigosa para sua existência. Pela primeira vez os *ahusalim* protestaram contra sua própria liderança. O movimento *Gush Emunim* é fundado em fevereiro de 1974 na assembleia geral em *Gush Etzion*, da qual participaram algumas centenas de “pais fundadores”. Os integrantes do *Gush Emunim* haviam se organizado, ainda antes disso, em torno da estrutura do partido religioso-nacionalista, como um grupo de pressão contra possíveis concessões territoriais posteriores à guerra. Posteriormente, o grupo decidiu que lhe era mais conveniente agir como movimento social não-parlamentar e supra-partidário, ainda que nunca tenha renunciado à sua atividade através do partido religioso-nacional, e na prática, ao seu controle interno.

Somente em 1977 deu-se início à colonização ampla e organizada dos colonos judeus nos territórios da Cisjordânia, por iniciativa do *Gush Emunim*. Os câmbios no

governo no mesmo ano despertaram ampla esperança numa possível anexação legal dos territórios ocupados. Mas a esperada anexação não se deu na prática, sobretudo para inviabilizar aos moradores árabes dos territórios conquistados a possibilidade de transformarem-se em cidadãos, o que destacaria de maneira dramática o caráter bi-nacional do Estado de Israel. A não anexação formal foi um tipo de situação preferível, pois assim todo o poder político e econômico da “*Grande Terra de Israel*” ficou circunscrito à maioria étnico-nacional judaica. Os habitantes árabes dos territórios ocupados, é verdade, integraram-se à economia israelense, porém não lhes foi dado nenhum direito civil e, em grande medida, nem mesmo direitos humanos elementares. Sob este signo, o novo governo, considerado mais nacionalista que o anterior, abriu os territórios ocupados (principalmente a Cisjordânia) à colonização judaica ampla e quase ilimitada. Conjuntamente, deu-se início o processo de negociação de paz com o Egito, por conta da iniciativa do presidente Anuar Sadat. Aparentemente, a principal idéia que esteve por trás da renúncia aos territórios do Sinai foi a de tirar o Egito do ciclo conflituoso judeu-árabe, reforçando assim o controle nos territórios de Judéia e Samária, considerados a quintessência da pátria judaica religiosa e histórica.

\*

No fim da década de 1970, com o florescimento do movimento colonialista, o *Gush Emunim* fracassou em sua atuação como organização e seu lugar foi tomado pelo *Comitê Deliberativo dos Assentamentos de Judéia, Samária e Faixa de Gaza*, apesar de o espírito *fiel* ter persistido e até mesmo se fortalecido entre parte da comunidade religioso-nacionalista, bem como entre a laico-nacionalista. Com a institucionalização do movimento de colonização e seu sucesso em atrair também aos assentamentos nos territórios conquistados uma porção de grupos não-ideológicos da população, que buscavam qualidade de vida ou moradia barata, houve uma espécie de inversão da personificação do pioneiro, sob a qual se forjou o *ethos* e o mito dos fieis; simultaneamente, a transformação dos assentamentos em algo natural entre parte da população, semelhantemente à aquisição

de uma casa ou apartamento em qualquer outro lugar de Israel, testemunhou a solidificação da revolução<sup>40</sup>.

Contudo, este desenvolvimento não trouxe consigo uma reconhecida mudança no ambiente destes territórios e, na prática, o plano do assentamento massivo de judeus na Cisjordânia fracassou. Nesse tempo os fieis nutriram esperança na grande imigração russa e na imigração etíope. Mas as massas vindas da Rússia não revelaram demasiado entusiasmo em assentarem-se nos territórios fronteiriços, preferindo se estabelecer em Jerusalém, Tel Aviv e suas periferias, bem como em localidades próximas da *linha verde* (fronteiras do cessar fogo de 1948). Apesar disso, os territórios voltaram a ser chamados de “Judéia e Samária”. Nisto esteve contida uma vitória cultural-política, já que através do nome supostamente demarcou-se a posse histórica sobre a região.

O cerne do problema criado em função do crescente povoamento dos territórios conquistados expressou-se da seguinte maneira: conforme os judeus foram confundindo as fronteiras do cessar fogo de 1948 (*linha verde*), de modo que incluíram, ainda que sem anexação formal (excetuando-se Jerusalém oriental e a planície síria), os territórios conquistados às estruturas comunitária, econômica e política – na prática também levaram à transformação do Estado de Israel numa realidade bi-nacional.

O processo desta penetração ideológica para dentro de territórios dotados de significação simbólica central aceleraram, em certa medida, o processo de assentamento também para dentro de áreas palestinas densamente povoadas. A estratégia *fiel* foi criar alguns blocos de assentamento massivos e, em seus entornos, da maneira mais espalhada possível, erguer pequenos assentamentos que estabelecessem precedentes concretos. Até 1999 havia nos territórios – *Gush Katif*, na faixa de Gaza, e Cisjordânia (não incluídos os bairros do norte de Jerusalém e a área expandida da capital) – aproximadamente 140 assentamentos judaicos, entre eles aproximadamente 20 assentamentos que o Ministério da Habitação define como “urbanos”. Os maiores entre eles são: Maalé Adumim (aproximadamente 23 mil moradores), Ariel (aproximadamente 15 mil), Beitar (cidade ortodoxa; aproximadamente 10 mil moradores), Efrat (aproximadamente 5.500 moradores) e Alfei Moshé (aproximadamente 1.700 moradores). Na época do governo de Ehud Barak houve reconhecido crescimento adicional na construção colonialista. A estratégia adotada

---

<sup>40</sup> Vide o enredo do filme *Medurat HaShevet* (Israel, 2004), entitulado em português *A Fogueira*.

visou quebrar a continuidade territorial palestina e estabelecer uma presença militar para a defesa de cada assentamento. Deste modo, cresceram paulatinamente as áreas de atrito com a população local, aumentando também a provocação aos habitantes locais, com o apoio do Estado e do exército. O povoamento tornou-se uma esplendorosa fábrica de colonização. Essa estratégia, portanto, conseguiu reconhecidamente limitar a ação dos políticos israelenses que, só com o passar do tempo, vieram a procurar uma solução conveniente para as duas partes.

Mas justamente um estendimento dessa colonização não se compatibiliza com a estratégia suprema dos membros do *Gush Emunim*. Aproximadamente 70% dos 160 mil colonos dos territórios conquistados estão concentrados em blocos de assentamentos que ocupam aproximadamente 13% da área total da Cisjordânia; distribuídos em sua grande maioria nas proximidades da *linha verde*. Por conseguinte, de forma paradoxal, seria mais fácil e eficaz decidir fundamentalmente, no futuro, sobre o retorno às fronteiras do cessar fogo, do que lutar separadamente por cada assentamento judaico nos territórios conquistados. Depois que este princípio geral for aceito, também será possível negociar com os palestinos (não através de imposição unilateral) sobre as trocas de territórios dos dois lados da *linha verde*. Se Israel, com o passar do tempo, convocar os cidadãos que estão para além da *linha verde* a voltar a suas fronteiras, lhes fornecendo uma generosa indenização, não há motivo para que grande parte deles não corresponda ao chamado.

Com a facção ideológica mais radical, são esperados confrontos, com Israel e também com os palestinos. Ao término do mandato de Barak, foram conduzidas negociações de um ponto de partida embasado nas fronteiras de 4 de junho de 1967. Mesmo as ofertas de Barak (que também ficaram conhecidas como “plano Clinton”) não levando a um acordo com os palestinos, é possível supor que elas criaram uma configuração para um futuro acordo nesses termos. Justamente por isso prevê-se que em função do estabelecimento do governo de Unidade Nacional no início do ano<sup>41</sup>, os colonos e a extrema direita tentarão impor uma política que agrave o confronto com os palestinos. Ao que parece, também há entre os religiosos fundamentalistas e a direita extremista aqueles que anseiam “finalizar o trabalho de 1948” e levar o caos aos territórios ocupados, de modo a deflagrar até mesmo alguma tentativa de limpeza étnica.

---

<sup>41</sup> O autor remete a coalizão formada pelo então primeiro ministro Ariel Sharon, em 2001.

\*

Os assentamentos *fiéis* diferenciam-se da colonização sionista pioneira-veterana não somente por não estarem embasados na prática agrícola, mas também porque lhes falta consenso do conjunto-social. Mais paradoxalmente ainda, justamente durante os governos de direita nacionalista, quando colonos receberam partes cada vez maiores dos recursos nacionais, os assentamentos começaram a ser vistos como corpos desperdiçadores, consumidores de verbas que deveriam ser repassadas às camadas mais carentes da sociedade. Assim, fortaleceu-se ainda mais a concepção negativa do movimento colonialista: ele passou a ser visto como o conjunto de interesses que se importa só e unicamente com um assunto, e não como um corpo pioneiro que conduz a coletividade à execução de tarefas comuns, tal como foram os pioneiros na época pré-Estado.

A maioria dos assentamentos funcionava como localidade para o pernoite (“aldeias comunitárias” ou “assentamentos comunitários”), ou como subúrbio dos dois centros metropolitanos – Jerusalém e Tel Aviv. Essa moldura pôde criar somente um reduzido número de empregos, principalmente em serviços, na educação e no aparelho do “governo local”, que governou de forma direta os habitantes palestinos. Apesar da malha rodoviária desviada e das grandes forças militares especialmente destinadas à defesa dos assentamentos, com a deflagração da Intifada *Al-Aqsa* em outubro de 2000 muitos deles foram parcialmente segregados do Estado, acentuando-se então a debilidade destes assentamentos. Um dos resultados imediatos desta situação foi o fortalecimento da corrente messiânica entre parte dos colonos, que viram na revolta palestina mais um passo que os aproximava rumo à Redenção.

Outro processo importante que ocorreu paralelamente foi o seguinte: na medida em que a ideologia do *Gush Emunim* foi conquistando posição central, deu-se início no governo de então, intensificando-se sob o governo do Likud, o declínio da concepção que vê em Israel um estado laico-civil. Toma seu lugar a concepção teológica, social, política e geográfica da “*Terra de Israel*”<sup>42</sup>. Isso foi a expressão do domínio parcial da ideologia e

---

<sup>42</sup> “Terra de Israel”, do hebraico *Eretz Israel*: Conforme Ezequiel (40,2), nome pelo qual os judeus denominam a região que até 1948 era internacionalmente conhecida como Pelestina.

terminologia *fiéis* sobre o discurso político e também, em grande medida, sobre a construção da memória coletiva e identidade comum. Daí que o esfacelamento da hegemonia *ahusalita* torna-se fato consumado. Tudo isso se deu, conforme dito, sobre a base dos símbolos e mitos sionistas tradicionais – “pioneirismo”, “colonização”, “cerca e torre<sup>43</sup>”, militarismo e postura firme e ativa no conflito judaico-palestino.

*Yashá* – sigla tipo-messiânica que buscou insinuar por *Yeshuá*<sup>44</sup> – foi uma concepção que penetrou na norma da cultura israelense e até mesmo no exército. *Yashá* foi como um tipo de Estado dentro do Estado, que visou expandir-se e engolir também as partes seculares de Israel (dentro das fronteiras da *linha verde*), e apresentar uma resposta categórica à questão da identidade coletiva: o Estado de Israel deve ser judaico-religioso, etnocêntrico e distante de qualquer concepção liberal e universal. A democracia poderá ser exercida, conquanto servir à evolução gradativa e à aproximação de um Reinado dos Céus. Todos os valores passíveis de contradizer os que são apresentados como valores judaicos-religiosos, considerados absolutos – por exemplo, direitos humanos e direitos do cidadão, e direitos do estado como corpo civil – deveriam ser necessariamente anulados com o passar do tempo.

Mas a prática da colonização insurgida dos fundadores do *Gush Emunim* visou não somente atender às necessidades geopolíticas (ou de “segurança”), conforme apresentado geralmente e até reconhecido pelo Supremo Tribunal de Justiça, mas também a obtenção de legitimidade entre setores do público secular. Os novos colonizadores da *Terra de Israel* tentaram fundar comunidades moral-religiosas que se conduzissem de acordo com a *halahá*, tanto no âmbito particular como no público. Isso não foi uma ortodoxização da velha versão. Os judeus ortodoxos comuns respeitam a maioria dos preceitos da religião como algo cotidiano, enquanto o *fiel* do *Gush Emunim* os realiza através de intenção e devoção que procuram influenciar também o âmbito coletivo. Sob a ótica dos colonos, uma vez que a Redenção estivesse bem próxima – após a “libertação” de partes da *Terra de Israel* – erguer-se-ia uma vida santa verdadeira, pela realização de todos os preceitos possíveis, obrigatoriamente. Assim, anularam-se na concepção dos *fiéis* as diferenças

---

<sup>43</sup> “Cerca e Torre”, do hebraico *Choma UMigdal*: tipo de assentamento coletivo construído de modo a resistir à ataques árabes durante o período do Mandato Britânico.

<sup>44</sup> *Yeshuá*, do hebraico: “redenção”.

existentes entre preceito fácil e difícil, entre sacro e mundano, entre tática e estratégia e entre política e religião<sup>45</sup>.

É nessa conjuntura que também deu-se início a ampla aproximação de círculos ortodoxos aos *fiéis*, porque os ortodoxos não puderam ficar indiferentes à presença desta tentativa de construir uma configuração ideológica e territorial para um regime teocrático. Assim, por exemplo, deu-se a ligação entre os novos religiosos nacionalistas e os *hassídicos*<sup>46</sup> do *Chabad*<sup>47</sup> e outras correntes *hassídicas*, nas quais despertaram sentimentos messiânicos, ainda que de outro tipo, e institucionalizou-se uma atividade enérgica, seguida de retórica nacional judaica, a fim de trazer a Redenção aqui e agora. Dessa aproximação cria-se a nova espécie de nacionalismo judaico não-sionista ortodoxo, *ashkenazita* e *oriental*.

Desse modo foi feito em “Judéia e Samária” a complexa tentativa de construir uma contra-cultura à cultura *ahusalita*, criando nessa coletividade uma historiografia e arqueologia alternativas. Tais criações progrediram com a invenção de lugares sagrados ligados a figuras sagradas do *Tanách*<sup>48</sup>, como a “sepultura de *Iosef*”, ao lado de Nablus (construção muçulmana do século XII), as sepulturas de *Ioshua Bin Nun* e *Kalev Ben Iefune*, em *Kifl Hars*, as sepulturas do profeta *Natan* e de *Gad*, o vidente, em *Halhul* e a gruta de *Ataniel Ben Kanaz* em Hebrón. O aproveitamento desses lugares pela cultura *fiel* revolucionária não é unicamente simbólico. Ele também visa assegurar o controle judaico da região; mas na continuação de um esboço do perfil da queda dos *ahusalim* deve-se lembrar que arqueologia *fiel* é em grande medida continuação do caminho do sionismo pioneiro, que forneceu tradições a fim de legitimar a presença judaica na região.

Assim também se criaram e foram instituídos meios para a difusão do discurso ideológico *fiel*; em dezembro de 1979 o conselho *Yashá* começou a divulgar a publicação mensal “*Nekudá*” em todo o território de Israel. Essa publicação é um palco para a exposição dos problemas internos dos membros do *Yashá*, bem como para a discussão de temas prioritários da cultura *fiel*. De 1988 em diante, os colonos começaram a operar uma

---

<sup>45</sup> A propósito remeto à *Separacion entre Religión y Estado*, de Yeshayahu Leibovich – disponível em Espanhol em <http://www.hagshama.org.il/es/recursos/view.asp?id=771>.

<sup>46</sup> Movimento pietista religioso de grande alcance entre os judeus da Europa Oriental, fundado no século XVIII pelo Baal Shem Tov e seus discípulos no século XVIII.

<sup>47</sup> Corrente ortodoxa *hassídica* fundada no século XVIII.

<sup>48</sup> Acrônimo de *Torá, Neviim* (Profetas) e *Ktuvim* (Escrituras); conjunto que compõe a bíblia hebraica.

estação de rádio ilegal, o canal 7, cuja transmissão alcança todo o país, e goza de reconhecida popularidade nos círculos “nacionalistas” e “ortodoxos”; assim como também operam noticiários e comentários em inglês através da Internet, e sites virtuais variados em hebraico e inglês.

A penetração do discurso *fiel* na cultura israelense custou alto preço. Esse discurso revolucionário conseguiu confundir e distorcer a diferença entre posições sociais e posições políticas, criando um arranjo cultural bipolar artificial. De um lado do muro encontra-se a “direita” – cultura política supostamente coerente, que abarca pessoas da direita nacional, secular-beligerante e religiosa, posicionada supostamente para além de todas as diferenças étnicas, de classe, de gênero, rótulos, diferenças religiosas e outras. Do outro lado, criou-se a cultura “de esquerda”, composta principalmente de filhos das classes média e alta, laicos, liberais, instruídos e *ashkenazitas* em sua maioria – mas que não necessariamente acompanha o segmento *ahusalita*. Assim uniram-se posições sociais e ideológicas variadas e contrárias, de forma artificial, dentro de duas “cestas”, tão somente devido a um e único tema: o posicionamento diante do conflito judaico-árabe e os meios de administrá-lo.

O triunfo da construção dessa realidade foi tamanho que também o campo da esquerda o adotou. O fenômeno também explica, em grande medida, parte da superficialidade do discurso público e da reflexão política em Israel, e a vantagem que o bloco da direita tem na arena política. O enredo político-cultural que envolveu a concepção *fiel*, adotada pela direita nacional, e a concepção que apresentou, por exemplo, o movimento *ahusalita* “*Shalom Achshav*” (Paz Agora) (e grupos pequenos e mais radicais), dividiu na prática a totalidade dos cidadãos do Estado de Israel. A complicação, que foi em seu começo incompreensível para a maioria do público judeu, se esclareceu gradualmente. As linhas limítrofes entre as duas visões acentuaram-se, principalmente no fim da década de 1980, e a partir da metade da década de 1990 chegaram à dimensão de uma guerra cultural aguda.

Apenas com a deflagração da revolta palestina, em 9 de dezembro de 1987, começou a penetrar na consciência do população israelense judia que a estrutura política e até mesmo econômica não poderiam continuar a controlar por prazo indeterminado uma outra nação. A ocupação, que começou como “ocupação esclarecida”, foi se tornando mais brutal e, conforme sua truculência aumentou, aumentou também a oposição a ela, não



apenas entre os palestinos, mas também entre parte dos judeus em Israel. Mais do que isso, a oposição levou muitos intelectuais no mundo, entre eles aqueles que anteriormente eram entusiastas de Israel, a questionar a legitimidade da sua existência. Isso se expressou na decisão de declaração geral da ONU, no ano de 1974, de que o sionismo é uma forma de racismo, decisão esta cancelada depois dos acordos de Oslo.

A continuação do regime de ocupação esclareceu que Israel dificilmente poderá pagar o preço que a “integridade da terra<sup>49</sup>” cobra, não apenas em termos éticos e ideológicos. Assim, por exemplo, o exército israelense, supostamente responsável por adaptar-se ao que foi chamado “o campo de batalha futuro”, em termos de população local, viu-se obrigado a restringir seus recursos patrimoniais, sua mão de obra e sua importância doutrinária, para atuar como um exército de policiamento e inibidor de revoltas civis, travando guerras sem solução contra unidades de guerrilha. Esse foi mais um amargo resultado da mesma reviravolta da cultura da direita israelense.

---

<sup>49</sup> Remete ao “Grande Israel”

## O bumerangue

O processo de remodelação de identidade cultural no país de acordo com o modelo *fiel* foi como uma espécie de bumerangue. Ele despertou oposição à concepção *fiel* e no final das contas contribuiu para o enfraquecimento do movimento *Gush Emunim*. Os *fiéis* foram empurrados cada vez mais em direção à margem do espaço ideológico que eles mesmos criaram, e, junto a outros grupos, aglomeraram-se nessa margem. Esses grupos, que não estavam necessariamente comprometidos com a prática colonialista, adotaram uma retórica extremista incompatível com os objetivos táticos imediatos do *Gush Emunim*. Um dos resultados desse processo se expressou no fato de que parte dos membros do *Gush Emunim* decidiu-se e optou pelo extremismo religioso e a atuação conjunta com a ortodoxia *hassídica* e a lituana e não com o nacionalismo laico.

Os membros do *Gush Emunim* viram-se forçados, conforme dito, a enfrentar uma outra dificuldade, prática e ideológica ao mesmo tempo: a conversão do Estado de Israel, de fato, numa instância binacional. Internamente, eles tomaram parte na única possibilidade lógica em acordo com sua doutrina, ou seja, a conversão de toda a “*Terra de Israel*” em uma sociedade homogênea do ponto de vista étnico-nacional, ou pelo menos em um país no qual houvesse maioria judaica significativa e estável, através da expulsão de todos os árabes do país, ou pelo menos da maioria deles. Mas por estarem conscientes das fragilidades políticas das reações internacionais que uma limpeza étnica despertaria, não puderam apresentar publicamente uma plataforma política formulada unicamente em termos messiânicos.

Os únicos que ousaram tornar pública a idéia de uma continuação de limpeza étnica realizada durante a guerra de 1948 foram Meir Kaana e seus seguidores; uma versão moderada e mais sofisticada da “transferência espontânea” foi apresentada pelo pequeno partido – *ahusalita* – de Rahavam Zeevi. Aos olhos de parte da população judaica, uma proposta deste tipo não é necessariamente antiética, mas sim impossível de ser posta em prática; seja porque ela é passível de gerar intervenção internacional e criar uma cisão com os Estados Unidos, de quem Israel depende do apoio econômico, político e militar, seja porque poderia acarretar uma tempestade ético-moral também entre parte respeitável do

público judeu. Nesse contexto deve-se lembrar a tempestade política e a revolta que vieram à tona em Israel em função do massacre palestino nos campos de Sabra e Shatila, onde Israel teve responsabilidade somente indireta pela perpetração, durante a invasão do Líbano, em 1982.

O acordo de Camp David criou pela primeira vez uma cisão no público religioso nacional, e aprofundou o confronto entre ele e o público laico, cuja maioria apoiou o acordo. O “processo de paz” entrou em contradição com as concepções do rabino Kook no que tange ao processo linear, direcionado para desembocar na Redenção, e no que diz respeito ao papel que cabe aos laicos neste processo. Rabinos e líderes *fiéis*, que se educaram na atmosfera da doutrina do rabino Kook, começaram a promulgar veredictos *haláchicos*, legitimando assim o uso de força, para evitar a execução do acordo, e até mesmo clamaram por derrubar “o perverso governo sustentado com apoio dos árabes”. Os *fiéis*, portanto, interpretaram de maneira correta o acordo de paz com o Egito: pela primeira vez rompeu-se a concepção de que não é possível chegar a paz com árabes, e foi determinada então a fórmula “(todos) os territórios em troca da paz” e a evacuação dos assentamentos judaicos. No acordo inclusive há uma cláusula, ainda que imprecisa, sobre o compromisso de Israel em outorgar autonomia aos palestinos.

Os integrantes do *Gush Emunim* viram nisso uma espécie de desgraça cósmica, e tentaram convocar o “povo de Israel” a recrutar-se em centenas de milhares a fim de frear a retirada, através da sofisticada tentativa de criar um “trauma nacional”. Para sua grande decepção, a maioria do público apoiou o acordo de paz e, excetuando-se os membros do *Yeshá* e alguns jovens nacionalistas laicos, o “povo” não veio, em massa, deter a retirada. Essa foi a primeira grande queda do movimento *fiel* e, na prática, sinalizou o fracasso de sua ousada revolução. Deve-se lembrar todavia que os territórios dos quais se fala não eram então territórios centrais da *Terra de Israel* bíblica<sup>50</sup>, mas mesmo assim e por causa disto criou-se um precedente, sobretudo devido à dissolução dos assentamentos judaicos imposta pelo governo de direita.

O acordo de Oslo também não gerou sublevação significativa, ainda que no caso a situação dissesse respeito ao destino da *Terra de Israel*, apesar da debilidade parlamentar

---

<sup>50</sup> O texto refere-se aqui à Faixa de Gaza, onde, ao contrário da Cisjordânia, não lugares santos para o judaísmo.

do governo de Rabin, que se viu obrigado a aprovar o acordo com o apoio de “votos árabes” externos à coalizão. Esse fato foi considerado, num passado não distante, como a quebra de um tabu entre a maioria da população judaica, sem distinção de posicionamento político ou orientação religiosa. Apesar disso, o acordo recebeu amplo apoio público, devido ao prestígio militar de Rabin e também, conforme dito, porque a compreensão dos significados da ocupação e das revoltas populares palestinas penetrou na consciência pública.

Ainda assim, na proximidade das eleições de 1996, a efervescência popular cresceu, conduzida não pelos membros do *Gush Emunim*, mas sim justamente pelos *hassídicos* do *Chabad* e os ortodoxos nacionalistas. É provável que o assassinato de Rabin, em 4 de novembro de 1995, e a chacina de árabes que rezavam na Caverna dos Patriarcas, em 25 de fevereiro de 1994, atos praticados por pessoas identificadas com membros do *Gush Emunim*, levaram a um temporário silêncio político por parte do movimento<sup>51</sup>. Se essas oportunidades tivesse sido aproveitadas para desmontar parte dos assentamentos que Rabin classificou como políticos (em oposição a categoria “de segurança”), é provável que o processo de conciliação com os palestinos teria acelerado-se, ganhando um status irreversível. Com a volta da direita ao governo em 2001, principalmente com a adesão do partido *Avodá* ao governo de Unidade Nacional, continuará o processo de retirada das negociações, continuarão a escalada e confronto de forças, mas é possível que ao mesmo tempo o confronto e o preço que ele cobra levem a uma maior disposição para arranjos em uma fase futura.

\*

Muitos anos depois de sua insurreição ativista, atualmente a religiosidade nacionalista é cada vez mais variada, assim como o conjunto da sociedade israelense. Sua força política diminui juntamente com a diminuição do poder *ahusalita*. Daí nos cabe lembrar: se a religiosidade nacional é a ovelha negra da família *ahusalita*, ela também é, decididamente, um componente histórico dela. Parte dos religiosos nacionalistas recuou do

---

<sup>51</sup> A propósito remeto ao artigo de Amos Oz *Quem Matou Yitzhak Rabin (Mi Ratzach Yitzhak Rabin)*, publicado originalmente no jornal *Iediot Hahronot*.

âmbito público e voltou a enclausurar-se nas comunidades e dedicar seu tempo ao estudo da *Torá* e cumprimentos dos preceitos de forma mais rigorosa, quase na formula ortodoxa; outros se voltaram à religiosidade “espiritual”, influenciada pelo estilo do rabino Karlibach, menos enfático nos preceitos, que vê na religião uma experiência do espírito; há uma outra corrente, de jovens religiosos, que traduz o elitismo *fiel* em termos individualistas e se volta à realização pessoal e à construção de uma carreira profissional. Um pequeno grupo dentro do *Gush Emunim* uniu-se ao “*Netivut Shalom*” (pequeno grupo de intelectuais religiosos que assume posições mais moderadas em relação ao conflito) e fundou o movimento político “*Memad*”. Ele tentou, sem sucesso, juntar-se ao “*Israel Ahat*”, o bloco que Ehud Barak criou em seu mandato como tentativa grosseira de livrar-se da macula infame do Mapai, *ahusalita*, quando se aproximavam as eleições de 1999.

Os representantes do *Gush Emunim* não pretenderam estremecer a uniformidade da hegemonia judaica no Estado de Israel, mas o resultado dialético e não intencional de sua ação levará a isso no final das contas, como veremos adiante. Quando todos os outros segmentos – entre eles o árabe – começarem a se fortalecer em relação aos *ahusalim*, a grande fissura criada pelo *Gush Emunim*, com sua rebelião contra a hegemonia secular, possibilitará a outras culturas, antes situadas à margem, que se movimentem em direção ao centro e que acumulem poder, fazendo enfraquecer também o próprio *Gush Emunim*. E no entanto essas culturas, por reivindicarem a melhoria de seus status na hierarquia da sociedade israelense, contribuiram para o esfarelamento parcial do conjunto *ahusalita* e participaram da guerra cultural pela obtenção de uma maior parte do controle do Estado. Para descrever a nova dinâmica desses grupos, há de se começar talvez pelo grupo que foi o sócio firme e tradicional dos *ahusalim* nos seus dias de esplendor.

### Um confronto que não terminou

Conforme o Estado de Israel foi passando por processos de religiosificação – principalmente por força da influência política e cultural da concepção *fiel*-messiânica – a comunidade ortodoxa também avançou da periferia da sociedade para os centros de decisões. A crescente participação no jogo político e na distribuição de recursos foi vital em virtude do crescimento demográfico e da impressionante multiplicação dos alunos nas *yeshivot*<sup>52</sup>, parcialmente sustentadas por finanças estatais. Mas com essa cultura cresceram também as tensões e incoerências internas na comunidade ortodoxa, e mesmo entre ela e os outros segmentos no Estado.

A sociedade ortodoxa *ashkenazita*, apesar de sua grande variedade interna, é uma das camadas israelenses dotada de fronteiras mais agudas e menos permeáveis, do ponto de vista ideológico e social conjuntamente. Assim, por exemplo, em 1997 uma maioria de rabinos eruditos na *Torá* decretou em Israel a decisão que acentua ainda mais as fronteiras sociais entre os ortodoxos e o resto da população. Pelo fato de mais de 50% dos imigrantes que chegaram nessa época da ex-União Soviética não serem judeus, e centenas de milhares de não-judeus terem “se infiltrado na Casa de Israel”, com a ajuda de identidades e autorizações consideradas “fajutas”, os círculos ortodoxos decidiram administrar “livros de linhagem”, nos quais seriam incluídos unicamente os “com certeza judeus”, para garantir, em suas palavras, “a pureza da genealogia da comunidade judaica no Estado de Israel”. Esse registro, separado do registro do Ministério do Interior, visou evitar completamente casamentos entre ortodoxos e os outros segmentos judaicos no Estado de Israel e institucionalizar uma situação já em vigor<sup>53</sup>.

Paralelamente, agravou-se a luta ortodoxa contra as várias tentativas políticas de encontrar uma solução para a isenção dos alunos de *yeshivot* do serviço militar<sup>54</sup>. O fato de uma enorme quantidade de cidadãos israelenses jovens e aptos não servirem no exército desperta ira e agressividade entre a sociedade *ahusalita* e irritação contida entre a sociedade

---

<sup>52</sup> Plural de *yeshivá*, academia de estudos talmúdicos.

<sup>53</sup> De acordo com o *Status Quo*, o consenso religioso selado entre David Ben-Gurion e as lideranças ortodoxas em 1947, e em vigor até hoje no Estado de Israel, certos aspectos do estatuto pessoal do cidadão – como casamento e divórcio, por exemplo – estão submetidos à legislação religiosa.

<sup>54</sup> O *Status Quo* garante ao cidadão ortodoxo a direito à isenção do serviço militar; tal isenção visa permitir que ele dedique-se exclusiva e integralmente ao estudo da *Torá*.

religiosa-nacionalista. O questionamento acerca de um peso desnecessário e a reivindicação de recrutar jovens ortodoxos, pelo menos para o *Sherut Leumi*<sup>55</sup>, tornaram-se um tema público-político central que integrou-se na luta cultural israelense. Perto das eleições de 1999 criou-se um novo partido (“*Shinui*”), que reivindicou o recrutamento dos ortodoxos no exército como parte central de sua plataforma. Até mesmo o candidato do partido *Avodá* para o parlamento adotou esta questão como parte das prioridades públicas.

Em função de decreto no Superior Tribunal de Justiça, no qual o ministro de defesa foi solicitado a justificar por que alunos de *yeshivot* não são recrutados pelo exército, em 14 de abril de 2000, o Conselho Especial (*Vaadat Tal*) declarou que apresentou recomendações. As recomendações do Conselho estabeleceram um meio termo entre a reivindicação de recrutar todos os jovens ortodoxos *ashkenazitas* e entre deixar a situação vigente; as recomendações contribuíram principalmente na concessão da possibilidade de milhares de jovens ortodoxos entrarem no mercado de trabalho sem o medo de serem recrutados<sup>56</sup>. Um desenvolvimento deste tipo possibilitou o abrandamento da aflitiva pobreza que caracteriza partes consideráveis da comunidade ortodoxa, responsável pelo crescimento de focos de insatisfação e violência, direcionados para dentro e para fora. Entretanto, os processos legislativos que derivaram das recomendações do conselho foram congelados (através do *decreto intermediário [hakikat beinaim]*), em função da crise parlamentar que irrompeu no verão de 2000 e das alterações de governo que estes processos acarretaram. Ariel Sharon, quando então na oposição, deu apoio ideológico para o recrutamento de alunos de *yeshivá*, viu-se então obrigado a voltar atrás quando Primeiro Ministro, por depender do apoio político do bloco religioso.

Esses dois desdobramentos são um exemplo da complicação inerente à ingerência dos ortodoxos na determinação do cotidiano em Israel, tendência esta ligada ao fortalecimento do nacionalismo judaico entre os ortodoxos que, embora não tenha sido definido como aceitação do “sionismo”, pôde ser interpretada como um tipo de retirada, hesitante, do isolamento radical. A comunidade ortodoxa encontra-se agora diante de uma encruzilhada. Para escolher o caminho que mais lhe convêm, ela deve solucionar alguns

---

<sup>55</sup> Literalmente *Serviço Nacional*, é uma alternativa não militar para o alistamento no Exército de Defesa de Israel.

<sup>56</sup> Se trabalhassem correriam o risco de ser classificados como não-ortodoxos, perdendo assim o direito à isenção do serviço militar.

difíceis dilemas, tanto em relação ao mundo que a rodeia quanto no que diz respeito a assuntos internos, como a extensão da “comunidade de alunos” nas *yeshivot*, o status da mulher e outros temas desse tipo.

Em cada vez mais âmbitos públicos seremos testemunhas de tentativas mais violentas de imposição das leis da *halachá*, em suas diversas interpretações. A ortodoxia reivindicará mais e mais a participação nas decisões sobre o caráter do Estado de Israel e a divisão de seus recursos. Isso não quer dizer que não haverá consenso, de maneira silenciosa, entre laicos e religiosos, de que não há a mínima possibilidade de estabelecer o “Estado regido pela *Torá* e pela *halachá*”; essa aspiração seguirá existindo somente no âmbito utópico-messiânico, presente na sociedade ortodoxa desde sempre; ou seja, não há verdadeiro receio de que os ortodoxos acumulem poder político ao ponto de ameaçar converter Israel em uma teocracia judaica absoluta.

O desafio interno da ortodoxia, em sua versão *ashkenazita*, em relação à modernidade, ela própria claro resultado desta, ainda não terminou e não terminará num futuro próximo. A sociedade ortodoxa atravessará mudanças tecnológicas, culturais e talvez até mesmo sociais, através de estremecimentos e discordâncias ideológicas internas. Contudo, essas inovações não representarão risco real para sua continuidade, em suas diferentes e variadas matizes.

É esperado que cresça gradativamente no Estado de Israel, paralelamente à ortodoxia e talvez até mesmo dentro dela, uma sociedade neo-ortodoxa<sup>57</sup>, que livrar-se-á de parte dos ingredientes da ortodoxia conservadora que se cristalizaram nos últimos setenta anos, mas que guardará sua identidade e fronteiras, de modo a também diferenciá-la das outras culturas religiosas. Outras partes dela cruzarão os limites e aproximar-se-ão da religiosidade nacionalista “moderna”; algumas delas serão até mesmo engolidas pela sociedade civil secular. O ritmo das mudanças depende também das tendências gerais do desenvolvimento no Estado de Israel e das relações entre os outros segmentos culturais, entre si e entre cada um com Estado.

Por exemplo, um dos motivos da aproximação entre os ortodoxos e os religiosos nacionalistas está no alto e natural aumento quantitativo das famílias ortodoxas e no

---

<sup>57</sup> A neo-ortodoxia, criada na Alemanha pelo Rabino Samson Rafael Hirsch (1808-1888), é uma corrente que visa equilibrar religião e modernidade através da conciliação entre estudos laicos e religiosos.



crescimento econômico da população ortodoxa, agravando bastante o problema da moradia entre esse segmento da população. A aglomeração cresce entre as famílias antigas e a falta de moradia atinge as famílias jovens. Devido ao fato de as terras para construção já quase não estarem disponíveis nas cidades nas quais vivem tanto ortodoxos quanto religiosos nacionalistas (principalmente Jerusalém e Bnei Barak), ou por estarem demasiadamente caras, a sociedade ortodoxa viu-se impelida à precisar das terras fronteiriças dos territórios ocupados. Antes disso, por motivos ideológicos, a maioria dos ortodoxos evitou assentar-se nesses territórios. Assim, este processo levou à construção para além da *linha verde*, pela primeira vez, de cidades inteiramente ortodoxas: Emanuel, Beitar e Kriat Sefer. É difícil saber se a inclinação ao nacionalismo judaico foi o que possibilitou essa colonização ou se a colonização acelerou a formação de uma aliança entre grandes porções da ortodoxia e o bloco político religioso nacionalista.

Nesta época de fim dos *ahusalim* e de transição para uma outra hierarquia política, os ortodoxos ainda permanecerão por um bom tempo, portanto, como um componente sobre o qual será difícil prever os rumos. Desta forma eles caracterizam o processo de hesitante transição pelo qual passa a sociedade e a política do país.

\*

Os “*orientais*”<sup>58</sup> são uma categoria sócio-étnica criada, em seu formato atual, e construída a partir de uma ótica cultural, política e econômica, somente depois de sua absorção em Israel. Mesmo com sua fundação, o Estado de Israel não esteve preparado para absorver uma quantidade de imigrantes que multiplicou a população judia nesses primeiros anos de existência estatal, e que alterou seu panorama cultural. Para muitos foi um choque cultural, e por isso os imigrantes vindos dos países islâmicos estiveram mais facilmente vulneráveis à manipulação, intencional ou não, por parte dos governos, pelo menos na primeira geração, do que outros grupos imigrantes.

A política em relação a todos os imigrantes foi supostamente análoga, mas ela variou de geração em geração e cada onda migratória acompanhou, em certa medida, grupos de diferentes origens. Através do uso de força – pelo qual o movimento *Avodá*

---

<sup>58</sup> No original “*mizrahim*” – ver nota nº4.

*ahusalita* veio a desculpar-se publicamente na época do mandato de Barak – a maioria da população *oriental* foi conduzida à margem da sociedade e da cultura. Primeiramente, eles foram enviados a campos destinados aos novos imigrantes e, depois, para *maavarot*.<sup>59</sup> Perto do fim do ano de 1951 já viviam em *maavarot* aproximadamente 100 mil pessoas. Parte dos moradores das *maavarot* foi dispersa em *moshavim*<sup>60</sup> de imigrantes e nas cidades em desenvolvimento. A doutrina da “dispersão populacional” deu-se de início principalmente para os imigrantes. Em 1961, 247 mil já residiam em zonas nas quais antes de 1948 não havia praticamente judeus. Nunca lhes foi conferida, no entanto, a áurea heróica recebida por parte dos “pioneiros”. Outros imigrantes foram dirigidos a bairros periféricos de zonas metropolitanas. Com o tempo, esses bairros foram os primeiros lugares a ver brotar a revolta dos *orientais*.

A política de habitação completou a “dispersão populacional”; os conjuntos residenciais nos quais moraram os novos imigrantes foram construídos de maneira uniforme – dois quartos de dormir e uma pequena cozinha por família – sem levar em conta o fato de que a família *oriental* típica era reconhecidamente maior do que a europeia. Tal condição de moradia foi um dos fatores que levou os conjuntos habitacionais a rapidamente se tornarem bolsões de pobreza.

Tomados por um profundo sentimento de discriminação, eclodiram em 1959 tumultos nos bairros de *HaHifanit* e *Adi Salib*, alastrando-se a outros lugares do país; em 1971 os bairros de *HaKatmonim* e *Moerera*, em Jerusalém, foram o centro do protesto dos “panteras negras”<sup>61</sup>. Na década de 1980 brotaram movimentos rebeldes de minorias étnicas, que não se contentaram com a mera invocação contra a discriminação aos *orientais*, e que buscaram criar grupos de ajuda e apoio mútuo. Ainda que uma distância de duas gerações separe os responsáveis pela revolta das “barracas”<sup>62</sup>, em Jerusalém, e os revoltosos de *Adi Salib*, pode-se facilmente ver o que há de comum entre eles. Os *orientais* foram vítimas da hegemonia sionista-*ahusalita* e de seu discurso supremo, que previamente lhes selou o rótulo do atraso social – “afastou-se o espírito das *comunidades do oriente*”, conforme dito

---

<sup>59</sup> Campo de trânsito para imigrantes.

<sup>60</sup> Aldeia ou colônia em bases cooperativas.

<sup>61</sup> Movimento influenciado por outros movimentos revolucionários, como o da luta dos negros americanos (do qual adotou o nome) e grupos marxistas da América Latina.

<sup>62</sup> Refere-se ao episódio no qual manifestantes acamparam ao lado do Parlamento Israelense a fim de reivindicar melhores condições de moradia.

por David Ben Gurion – sendo assim direcionados para programas de estudo, moradia e ocupação marginais.

Parte dos judeus vindos do Marrocos que, por exemplo, já havia passado, em sua terra de origem, por processos de urbanização ou “ocidentalização”, adquirindo reconhecida instrução, foi relegada à periferia, onde não tiveram a mínima chance de utilizar suas aptidões. Contrariamente, os igualmente capacitados que partiram do Marrocos para a França lá foram absorvidos pelas classes média e alta, ocupando posições chave na elite econômica e intelectual locais. Seus irmãos que chegaram a Israel não puderam se realizar nas cidades em desenvolvimento. Suas chances de escalar a pirâmide social foram nulas. O fim da autoridade da figura paterna na família e o esfacelamento da tradicional estrutura familiar, em função da pobreza e carência material, são fatores extras que colaboraram para uma crise social que se estende até hoje.

A dependência quase absoluta dos habitantes do Estado e de seus mecanismos produziu uma distribuição étnica do trabalho: os veteranos – os *ahusalim* – tornaram-se, pela natureza da situação, captadores, ocupando a maioria das funções nos órgãos estatais. Eles foram funcionários, professores, assistentes sociais e ocuparam a maioria dos altos cargos militares. No círculo de dependência que se criou, não esteve nas mãos dos *orientais* nenhum poder ou recurso, excetuando-se a riqueza simbólica do fato de também serem judeus. O judaísmo foi extremamente importante para eles e também para os “captadores”; entretanto, cada lado definiu sua importância de maneira distinta. Aos olhos da maioria dos *orientais*, o judaísmo era uma religião nacional; aos olhos dos captadores, o judaísmo era parte do novo nacionalismo laico, de acordo com o qual devem-se delinear “os novos judeus”. Assim criou-se um embate inevitável, que se transformou numa guerra cultural, entre parte dos imigrantes vindos dos países islâmicos e a ordem e visão *ahusalita*. Esse embate, em suas várias cadências, persiste até hoje.

Mesmo depois de oficialmente descartada a política da *mistura dos exílios*, sendo substituída por uma concepção mais pluralista, ainda assim vigora o modelo básico do homem “ideal”. Na primeira geração as manifestações de insatisfação e revolta foram casuais e não organizadas. Assim, por exemplo, em 1965 o porta-voz do *Conselho da Comunidade Sefaradita de Jerusalém* apelidou o processo de absorção de “genocídio cultural”; em 1967 o intelectual *oriental* Nissim Radjoan o descreveu como “limpeza

cultural”. Estas foram, é verdade, manifestações à parte, mas sentimentos parecidos foram comuns a quase todos os imigrantes vindos de países do Islã.

A essência prática do legado dos imigrantes em suas diferentes vertentes desapareceu, foi negada ou definida como folclore, ainda que tais legados tenham se preservado, em grande medida, na vida familiar, relativamente protegida da ingerência do aparato estatal e suas representações. Grande parte dos sociólogos e antropólogos israelenses argumentou, conforme dito, que a família tradicional *oriental* desmembrou-se quando a figura paterna perdeu seu status e força. Este argumento é correto, na maioria das vezes, no que diz respeito às mudanças ocorridas no status do pai na família; no entanto, a família *oriental* como unidade logrou, apesar de tudo, conservar-se, em grande medida, justamente porque funcionou como refúgio do furioso âmbito público, no qual a cultura *oriental* não foi valorizada. Isso deu não menos graças à coesa figura da mãe. A família até mesmo guardou, fomentou e construiu para si uma memória coletiva – tanto da terra de origem, sobre suas alegrias e mazelas lá vividas, sobre os sagrados túmulos dos antepassados, que ficaram para trás, quanto sobre a humilhação, a discriminação e segregação que sofreram em Israel, tanto a factual, bem como a sentimental e subjetiva.

Todas essas histórias, que não puderam ser ouvidas no discurso público nas décadas de 1950 e 1960, passaram pelas famílias de geração em geração (mesmo que às vezes reprimidas ou, pelo menos em parte, recriadas), fortalecendo-se gradativamente o sentimento de ofensa. Deste modo conservou-se entre os tradicionais da sociedade *oriental* o sagrado tripé família, religião e nação.

Desde sua chegada ao país, todos os imigrantes melhoraram seu status por meio de processos de mobilidade geracional. Entretanto, as disparidades entre os *orientais* e os *ashkenazitas* diminuíram muito pouco, sendo que a consciência sobre estas disparidades cresceu paulatinamente. As tradições familiares renovaram-se com o fortalecimento desta consciência, e as memórias individuais construíram-se como memórias em comum. Nesta direção agiram principalmente os filhos da segunda geração, já possuidores das aptidões correspondentes e até mesmo da auto-confiança necessária. Essa foi a base da revolução *oriental*, cuja plenitude do poder – mas também da debilidade – se revelou na década de 1990. A entusiasta da revolução foi a elite ortodoxa *oriental* que se formou em Israel, mas na base estiveram a família e a comunidade que preservaram partes da cultura *oriental*;

justamente a posição de parte dos *orientais* nas comunidades periféricas colaborou na preservação de sua herança cultural e inclusive na criação de contra-culturas.

Os *orientais*, conforme dito, não são um grupo homogêneo. Muitos dos que deixaram os países do Islã há muitas gerações definem-se como “cumpridores dos preceitos”, ou “judeus tradicionais”; porém, o conceito de “tradicionalidade” também não possui um significado unívoco. As fronteiras da sociedade tradicional *oriental* são confusas. Ela abarca variados grupos e camadas. Há nela grupos muito próximos dos ortodoxos, ou que realmente o são, e outros grupos muito próximos da sociedade secular e que são capazes de se considerar como parte dela. Porém, excetuando-se pequenos grupos – como os que se ocupam do feminismo *oriental*, ou de protesto social *oriental*, eles próprios não totalmente seculares – quase não há grupos portadores de uma ideologia de “*orientalidade* secular” devido, principalmente, à simbiose absoluta existente, junto aos *orientais*, entre religião e nação.

Em contrapartida, em torno das *orientalidades* tradicional e ortodoxa, cresceu uma sociedade mais experimentada. A cristalização desta sociedade é principalmente uma reação cultural e política da segunda e terceira geração dos imigrantes de países do Islã em geral, e do norte da África em particular, à absorção coerciva imprimida pela Estado contra a primeira geração dos *orientais*.<sup>63</sup>

À estes desdobramentos, apesar da variedade e das contradições inerentes, somaram-se as outras forças que já vinham roendo a despreocupada hegemonia dos *ahusalim*. Foi apenas uma questão de tempo para que os *orientais* penetrassem poderosamente as estruturas do *establishment* – principalmente as políticas – e comesçassem a se estabelecer nelas às custas do poder da *ahusalidade* israelense que se esfarela.

\*

Um pouco antes do início da década de 1970 produziu-se, praticamente “do nada”, uma nova elite *oriental*. Essa camada nasceu originalmente da iniciativa dos ortodoxos de

---

<sup>63</sup> A propósito do tema, remeto à OLIVEIRA, Leopoldo O.C. “Imigração em massa de judeus orientais para Israel, sua integração à sociedade e seu papel na construção do país”, em **VÉRTICES** nº.3, DLO/FFLCH/USP, 2003, pgs. 63-83.

orientação lituana, que já desde a década de 1950 começaram a recrutar para suas *yeshivot* jovens promessas entre os imigrantes *orientais*. Na metade da década de 1980 os *orientais* separaram-se da sociedade ortodoxa *ashkenazita* e fundaram movimentos separados, principalmente devido ao hermetismo étnico da sociedade *ashkenazita* e ao tratamento recebido por parte de seus líderes, bem como sua arrogância em relação aos *orientais*. Os filhos da elite ortodoxa *oriental* educaram-se nas prestigiadas instituições de orientação lituana, mas passaram a separar-se delas quando deram-se conta que, mesmo destacando-se no estudo, não lhes era garantido que seriam recebidos como iguais na sociedade de orientação lituana – por exemplo, através de casamentos com famílias *ashkenazitas*, ou através da designação para cargos rabínicos importantes, como a administração de *yeshivot* prestigiosas.

Aproveitando de maneira eficiente as tensões internas da sociedade ortodoxa *ashkenazita*, os alunos *orientais* das *yeshivot* começaram a construir para si um centro alternativo de poder. Esse centro se construiu principalmente entorno da carismática liderança do rabino Ovadia Yossef. Dele os judeus estudiosos da *Torá orientais* extraíram apoio e legitimação para a dissidência, gradual no começo, da tutela da instituição religiosa ortodoxa *ashkenazita*. Eles já nasceram em Israel e, diferentemente dos ortodoxos *ashkenazitas*, alguns também frequentaram unidades militares, trilhando assim o percurso da dissidência com consciência de sua força política potencial e de sua capacidade, em ascensão, de confrontar-se com a estrutura política secular.

Desde que ruíram os mecanismos da *mistura dos exilios* e, com eles, a hegemonia *ahusalita*, a cultura tradicional *oriental* penetrou no vácuo social, político e cultural produzido, de modo a preenche-lo. A configuração política, que deveria prover também as bases econômicas, foi fornecida pelo *Partido de União dos Sefaraditas Cumpridores da Torá*, ou seja, o *Shas*, e a associação “*O Manancial*”, à ele filiado. O *Shas* continuou a ser em sua essência ortodoxo, mas abriu mão de parte das características e acréscimos da cultura ortodoxa *ashkenazita* original, como o estilo de rezar, vestimenta e idioma (ídiche<sup>64</sup>).

---

<sup>64</sup> Idioma judaico-alemão falado pelos judeus da Europa Central e Oriental a partir da Alta Idade Média até meados do século 20.

*Shas* surgiu num contexto sócio-político e numa geração diferentes daquele dos partidos étnicos anteriores a ele. Ele se voltou a um público mais coeso, ainda que mais amplo – as classes baixa e média *orientais*. Esses eram a segunda e terceira geração dos imigrantes que, apesar de já terem melhorado sua situação material e social, ainda permaneceram – pelo menos do ponto de vista simbólico e político – na margem da sociedade. Entre eles havia moradores das cidades em desenvolvimento, dos *moshavim* e dos bairros periféricos das grandes e pequenas cidades, que preservam a religião, ou que sentiram necessidade de voltar à religião e sua tradição. No seu começo, *Shas* não enfatizou especificamente a origem e a discriminação étnica, preferindo destacar o judaísmo como religião e como nação. Mas aos olhos do seu público eleitor, e entre sua liderança política e “espiritual”, o aspecto étnico foi evidente.

Na metade da década de 1990, e mais que tudo no seu final, quando Arie Deri – o líder político jovem, carismático e talentoso do *Shas* – foi culpado por recebimento de propina, a condenação foi explicada como parte do tratamento perseguidor e discriminatório étnico em relação ao conjunto da população *oriental*. A condenação foi inclusive explorada pela campanha eleitoral do partido, que quase multiplicou sua força, alcançando a terceira colocação no Parlamento Israelense. É de se supor que se não houvesse irrompido a segunda revolta palestina, em outubro de 2000, o protesto *oriental* em torno da acusação e prisão de Deri teria ganhado ainda maior impulso. Outro motivo para o enfraquecimento do protesto foi o sucesso do *Shas*, e dos que o apoiaram, em fazer passar no Parlamento a lei retroativa que encurta as penas dos infratores pela metade; mas antes mesmo da libertação de Deri da prisão já eram esperadas disputas entre forças dentro do *Shas*, disputas estas que vieram a se acentuar com o envelhecimento do Grande Rabino e fundador do movimento, Ovadia Yosef, e o fortalecimento de Eli Isháí, o herdeiro não carismático de Deri.

Ao mesmo tempo, em troca de fidelidade irrestrita, a liderança do *Shas* conferiu legitimidade ao modo de vida no qual há uma diferença entre ideologia (crença religiosa) e a prática (cumprimento dos preceitos). Diferentemente dos costumes das comunidades religiosas *ashkenazitas*, nas quais quase qualquer desvio do cumprimento dos preceitos, principalmente se realizado publicamente, é passível de levar à expulsão da comunidade ou à excomunhão do indivíduo ou da família, nas comunidades *orientais* o indivíduo e a

família desfrutam, em grande medida, de autonomia. Além do mais, *Shas* conseguiu fundar, num curto espaço de tempo, redes de serviços comunitários, fornecedoras de gêneros alimentícios e outros produtos subsidiados, auxílio na moradia e na saúde, e outros tipos de apoio material e espiritual, através de envolvimento na comunidade e na assembléia regional.

Mas a quintessência da construção institucionalizada desta cultura foi o estabelecimento da rede de escolas do “*Manancial da Educação da Torá*”, em funcionamento desde 1988: uma federação de diferentes associações autônomas, nos moldes da educação independente do *Agudat Israel*<sup>65</sup>, financiadas por fundos estatais, bem como por contribuições privadas. Rapidamente, a rede “*Manancial da Educação*” passou a competir com as escolas estatais e estatais religiosas. Como todo grupo ideológico, *Shas* também confere importância máxima à educação. Escolas separadas garantiriam não só continuidade e delimitação das fronteiras do grupo, mas serviriam também como fonte para o desenvolvimento de uma herança e identidade coletiva diferenciada, capaz de converter-se em força política.

É historicamente irônico que a instituição *Shas* controle sua população *oriental* com a mesma abrangência que a velha instituição *ahusalita* tenha controlado a primeira geração *oriental* de imigrantes. Mas hoje essa condução integral se faz de dentro: pelos *orientais*, para os *orientais*, ainda que com o generoso apoio financeiro do Estado.

Há que ver em *Shas*, portanto, um fenômeno revolucionário religioso, social e político. Ele opera uma contra-reação à ação da *mistura dos exílios* da década de 1950, fornecendo a seu modo, por baixo custo, identidade e respeito a um amplo setor da sociedade israelense, bastante necessitado disto. E, no entanto, *Shas* enquanto movimento social (mas não como movimento religioso) também possui duas contradições internas. Primeira: conforme os *orientais* forem admitidos nos postos sociais e políticos de verdadeiro poder, eles necessitarão cada vez menos da política identitária do *Shas*. Segunda: um dos centros de poder do movimento é, conforme dito, sua rede de escolas de *Torá* que, além de identidade, também proporcionam praticamente grátis escolas de turno

---

<sup>65</sup> *Agudat Israel*, literalmente “União de Israel” - estabeleceu-se em 1912 na Polônia como um braço político da ortodoxia tradicional. De orientação anti-sionista, tornou-se partido político israelense e desde a fundação do Estado de Israel tem representação pouco numerosa, mas bastante influente, no Parlamento Israelense, por conta das coalisões que forma com partidos mais poderosos. (fonte: *Jewish Virtual Library*)



integral, refeições quentes e transporte. O defeito destas escolas está no fato de que elas não fornecem habilidades que possibilitem a seus alunos verdadeira ascensão social e assim – apesar de tudo – transmitem a pobreza e a marginalidade também à geração seguinte. Daí, ou apenas crianças limitadas continuarão a estudar nas escolas da rede, ou seus administradores serão obrigados a introduzir temas gerais no currículo de estudo, sem desfigurar seu caráter ideológico. Esse processo já começou. Entretanto, na época de câmbios da qual esse livro se ocupa, ainda não há como saber qual será o rumo que o movimento *Shas* irá tomar – por exemplo, quando Ovadia Yosef não puder mais comandá-lo, e como se integrará à nova Israel pós-*ahusalita*.

### Os Novíssimos Israelenses

Na encruzilhada dos processos de mudança na sociedade israelense multi-cultural, penetraram duas culturas totalmente novas: a dos russo-falantes e a dos etíopes. Não há fenômeno que mais acentue a condição de Israel como Estado de imigração ativa do que as ondas que a ele chegaram da União Soviética e posteriormente ex-União Soviética, e da Etiópia, ofuscando nas duas últimas décadas o brilho *ahusalita* de outrora.

A primeira onda de russos chegou majoritariamente na década de 1970 e contou com aproximadamente 200 mil imigrantes; a segunda onda veio entre 1989 e 1997 e contou com aproximadamente 700 mil; a terceira onda teve início no fim da década de 1990 e conta até então aproximadamente 120 mil. Juntos, eles representam aproximadamente 15% do total dos cidadãos do Estado de Israel. Esse é o maior grupo de imigrantes a se estabelecer no país. Esta imigração exemplifica de forma dramática quanto os processos cambiantes na dinâmica mundial são capazes de causar, num curto espaço de tempo, grandes mudanças na estrutura interna de um pequeno Estado. No ponto de vista dos *ahusalim* em si, a imigração da Rússia e da ex-União Soviética foi uma promessa de reforço demográfico, político e cultural, já que os “russos”, do ponto de vista de origem, status e competências, são considerados semelhantes aos *ahusalim*, e esperou-se que eles seriam absorvidos por esta classe. Como veremos na seqüência, esta esperança não necessariamente virá a se concretizar num futuro próximo.

Os imigrantes russo-falantes não formam uma unidade homogênea, mas o que os destaca, mais do que tudo, em relação às imigrações anteriores, é o fato de comportarem uma unidade lingüístico-cultural. A língua russa unifica no Estado de Israel imigrantes da Ásia (Geórgia, Uzbequistão, Cáucaso e etc) e da Europa (Ucrânia, Bielorrússia, países bálticos), incluindo grande variedade de culturas, status, profissões e níveis de escolaridade, tanto provenientes da terra de origem como através da sociedade israelense.

Os imigrantes da década de 1990 diferenciam-se dos imigrantes da década de 1970 nos motivos principais que os levaram à imigração. Eles pertencem a gerações diferentes; as diferentes circunstâncias de vida os separam – aqueles já experimentaram a vida numa sociedade aberta, capitalista e individualista, ainda que instável, e estes saíram de um Estado territorial. Não menos significativa é a diferença entre a sociedade que os absorveu

nas décadas de 1960 e 1970 e a sociedade que os absorveu na década de 1990, uma sociedade que já renunciou a ambição de assimilação à israelidade de um tipo único. E contudo, apesar das diferenças, esses imigrantes formaram uma sociedade à parte.

A maioria dos imigrantes russo-falantes sempre quis integrar-se à sociedade, principalmente no plano material e laboral. Mas para parte deles, a integração no plano cultural também importou. Daí, por exemplo, ensaiou-se a experiência de incluir entre as festas de Israel uma festa nacional judaico-russa – o Dia da Vitória do Exército Vermelho sobre a Alemanha nazista, bem como foram fundados em Israel museus que imortalizam a parcela judaica de judeus veteranos do Exército Vermelho na Segunda Guerra Mundial: memória coletiva paralela em grande medida ao culto da *Shoá* e o heroísmo *ahusalita* e a lembrança da Guerra de Independência judaico-israelense.

Em todos esses aspectos “os russos”, assim como “os árabes”, são, pelo visto, os pioneiros do modelo do “novo homem israelense”. Esse não é o produto uniforme, a imagem do sabra mitológico, que a *mistura dos exílios* visou produzir. O novo israelense está construído sobre o modelo do pluralismo étnico-cultural, por um lado, e sobre individualismo e realização pessoal, por outro. Justamente a existência da massa crítica demográfica possibilita o estabelecimento autônomo de instituições paralelas as do Estado. Instituições da comunidade russa constituem um núcleo para a sociedade civil e contribuem para a capacidade de distanciamento cultural e sentimental dos imigrantes. Por exemplo, a tendência dos imigrantes russo-falantes em criar para seus filhos instituições de ensino elitistas separadas ou complementares (como a escola “modelo”). Há entre elas inclusive as que aspiram autonomia cultural real, incluindo escolas e instituições de ensino superior em que a língua de ensino seja a russa, bem como o nível de ensino.

A nova imigração massiva foi, de imediato, compreendida como ameaça direta à alguns segmentos da população já estabelecidos. Os *orientais*, que até mesmo ascenderam de maneira rápida e, pela primeira vez inclusive, tornaram-se maioria demográfica em relação aos *ashkenazitas*, sentiram ameaçadas suas conquistas e, mais do que isso: eles temeram que a partir de então os recursos nacionais fossem direcionados para a “absorção e imigração”, ao invés de se voltarem para a melhoria de sua situação, conforme a política de discriminação oficializada, já instaurada na época, como por exemplo, no projeto de

reforma dos bairros e a construção de fábricas e indústrias nas periferias, ou facilitação de ingresso em instituições de ensino superior.

Houve uma grande tensão, que às vezes manifestou-se via explosões de violência, entre os *orientais* e os russos, principalmente nos bairros mistos e nas cidades periféricas; por exemplo, em Beit Shemesh, Ashdod e Beer Sheva. A presença dos novos imigrantes anulou a predominância dos *orientais* no local, modificando significativamente seu caráter. Açougues que vendem carne de porco nas principais ruas de localidades caracterizadas *orientais*, e áreas de lazer nas quais *orientais* e russos se encontram, transformaram-se em focos de tensões que os partidos étnicos, e principalmente o Shas e os partidos russos, passaram a explorar. Apesar disso, existe um tipo de identidade patriótica judaica etnocêntrica (manifesta principalmente no anti-arabismo e no anti-*ahusalismo*) em comum aos dois grupos.

Os árabes cidadãos de Israel, também nesta mesma época, se fortaleceram através de processos de ascensão social e criação de uma classe média e uma classe de colarinho branco (veremos mais detalhadamente adiante). A vinda da segunda onda migratória russa despertou nos árabes o medo de um declínio em sua força político-eleitoral, devido ao crescimento proporcional na quantidade de eleitores judeus, bem como pelo fato dos imigrantes dirigirem-se as regiões de maior concentração de população árabe, ao longo da *linha verde* e além dela, e principalmente na região do Golan<sup>66</sup>. Pelo fato de a maioria dos imigrantes ser laica e muitos deles casados com não-judeus, ou pelo menos não-judeus de acordo com a definição ortodoxa, esta imigração também ameaçou a força política dos partidos religiosos.

É especialmente interessante o tratamento rancoroso dos russos a tudo o que é sinalizado como “esquerda” israelense. Aos seus olhos, isso é um tipo de resquício fossilizado do comunismo, por eles detestado. Também para com a cultura ocidental, enrustida na americanização/globalização do mundo, os imigrantes relacionam-se com um sentimento que varia entre desconfiança e desdém. Assim são produzidas lacunas entre as visões de mundo desses imigrantes e a dos *ahusalim*, que deveriam ser seus aliados “naturais” na guerra da cultura israelense. Essas noções foram terra fértil para o cultivo de estereótipos negativos sobre os imigrantes russos, tanto como indivíduos quanto como

---

<sup>66</sup> Importante ponto estratégico, o território do Golã é reivindicado pela Síria.

grupo. As generalizações fortaleceram ainda mais os sentimentos de raiva, humilhação, não-pertencimento e alienação entre os imigrantes em relação à sociedade que os recebe e sua cultura, fortalecendo o fechamento deles.

A expressão mais evidente da integração diferenciada dos imigrantes russos está no seu sucesso em traduzir sua proporção numérica e sua capacidade organizacional em poder político. Já na primeira geração imigrante eles conseguiram fundar partidos étnicos, de modo a, obviamente, agitar todos os outros segmentos da sociedade. Os russos caracterizam-se por sua atuação crítica e, é aceitável supor, que apesar de sua tendência ao que é considerado “direita”, eles também tenderão, mais para frente, a apoiar a oposição a qualquer governo, seja ele qual for.

Em função disso, os imigrantes russos foram, durante determinado tempo, um fator adicional na instabilidade característica do regime político de Israel. A consciência de terem influenciado as reviravoltas dos governos em 1992, em 1993 e em fevereiro de 2001, contribuiu para a auto-confiança do grupo: os partidos *Israel BeAliá*, fundado em 1996, e depois também o partido *Israel Baiteinu*, fundado em 1999, atuaram como uma faca de dois gumes: por um lado esses partidos aspiraram chegar a uma ampla integração na ordem política, até mesmo ao ponto de assimilação completa à “israelidade”; por outro lado, eles se valeram das regras do jogo para conseguir o máximo de recursos materiais necessários para a preservação de suas fronteiras culturais-étnicas. Este duplo gume simboliza, mais do que qualquer outro fenômeno, a nova israelidade, multi-cultural, polifônica, multi-étnica e plurirracial; na mesma medida em que simboliza o desprendimento dos grupos étnicos da teia da *ahusalidade*, gradativamente em decomposição.

\*

Da perspectiva das características sociais e posicionamento na sociedade, os imigrantes que chegaram da Etiópia são quase um retrato inverso do imigrantes que chegaram da União Soviética e ex-União Soviética. Este grupo é pequeno em relação as outras populações imigrantes no país: algo como somente 75 mil indivíduos (ao que tudo indica, permaneceram na Etiópia aproximadamente 18 mil candidatos a imigração, sendo seu abandono lá mais um fator de revolta). As aptidões culturais diferentes deste grupo e a

formação deficiente do ponto de vista das exigências do mercado de trabalho israelense o colocaram, pelo menos nesta etapa, numa posição social marginal. Diferentemente dos russos, os etíopes não foram considerados como real ameaça social ou política a qualquer grupo, principalmente por seu número relativamente pequeno, e por terem sido preliminarmente postos no subsolo da escala hierárquica.

Estes novos israelenses, chamados hoje de “judeus etíopes”, são mais um tijolo no processo de construção da pluralização que atravessa a estrutura social do país como sociedade de imigrantes. Seu surgimento sinalizou uma fronteira social de natureza diferente, quase intransponível: a fronteira da raça. Os etíopes, considerados em sua terra de origem relativamente claros de pele, “vermelhos” (a cor preferida na cultura etíope), viram-se a si mesmos na posição mais baixa na hierarquia israelense das cores. Essa inversão os atingiu duramente, inclusive em sua auto estima.

A maioria dos etíopes chegou nas duas dramáticas operações secretas: Operação Moises (1984-85), e Operação Salomão (maio de 1991, perto do final da guerra civil na Etiópia). Antes da Operação Salomão, principalmente a partir de 1977, chegaram à Israel, de forma irregular, cerca de 6.000 etíopes, a maioria deles da região do Estreito de Tigra. Até então haviam vindo, desde a década de 1950, somente 300 indivíduos aproximadamente. A Operação Moises trouxe, via Sudão, cerca de 7.000 imigrantes. Entre uma e outra operação, imigraram à Israel cerca de 11 mil. Na Operação Salomão, imigraram da Etiópia 14.300 indivíduos, e até o fim do ano de 1999 chegaram aproximadamente mais 20 mil. Somam-se a eles os que, com o passar do tempo, nasceram em Israel.

Eles ficaram conhecidos por alguns apelidos, como *falaches*, e principalmente *esrael* ou *esraelotz*. “Beita Israel” – Casa de Israel – é uma denominação bastante nova e nova identificação, consideradas hoje politicamente corretas. O reconhecimento do judaísmo dos *falaches* não foi automático. É verdade que a *Lei do Retorno* os incluiu, e eles são definidos como judeus neste caso, de acordo com a determinação do *comitê interministerial* de 1975 e decreto do Rabino Ovádía Yosef (quando ocupou o cargo de Rabino Oficial Sefaradita); contudo, o judaísmo de cada um, no plano individual, foi posto em dúvida. Na opinião do Rabinato Oficial, há desconfiança de mistura estrangeira nesta “tribo” judaica devido ao fato de as fronteiras sociais entre os *falaches* e os cristãos não

terem estado bem definidas. Apesar dos dois decretos fundamentais que reconheceram seu judaísmo, ainda lhes é exigida a cerimônia ritual de conversão, e seus assuntos matrimoniais ainda estão submetidos ao decreto dos rabinos ortodoxos “especializados”, habilitados a decretar neste âmbito de suas vidas. Seus sacerdotes – os *kessim* – não são reconhecidos para a realização de casamentos, divórcios e sepultamentos. As adversidades enfrentadas na Etiópia, e a prolongada estada em acampamentos no Sudão, esfacelaram a comunidade, a família e a auto-identidade individual. Mulheres e homens jovens não puderam se casar conforme as normas, e houve também vários casos de estupro e maus tratos. Foram criadas nos acampamentos novas formas de compromisso que ficaram conhecidas como “casamentos do Sudão” (casamentos de conveniência, não conduzidos conforme as regras rituais convencionais). O status legal, *haláhico* e moral desses casamentos não é claro, nem de acordo com a tradição *falache*, e tampouco para a *halahá*.

Geralmente os refugiados no Sudão viram-se obrigados a esconder suas identidades e apresentarem-se como cristãos, ou mesmo converterem-se ao islamismo. Famílias foram separadas, bem como casais. Boatos de atrocidades, freqüentemente difundidos, visto a falta de informação mais precisa, transmitiram dados exagerados em relação à mortalidade - que por si foi alta - nas estradas, nos campos de refugiados e nos bolsões de pobreza periféricos. Aos olhos dos etíopes israelenses, esta época equipara-se a *Shoá* (Holocausto) dos judeus da Europa e, igualmente como ela, esses sofrimentos representam um pilar central na modelagem da comunidade etíope; e no entanto, os etíopes sentem que a corajosa história de sua chegada à Israel não ocupa o devido espaço no panteão heróico sionista-israelense, e que sua marginalidade na sociedade israelense também se expressa na memória coletiva local<sup>67</sup>.

Sua quantidade numérica relativamente pequena no país é ao mesmo tempo vantajosa e problemática. Vantajosa porque foi possível – e ainda o será, no futuro – agregar fundos materiais para melhorar de maneira reconhecida suas condições e aumentar o capital cultural e social sob seu auspício. Sua quantidade numérica relativamente pequena também é uma desvantagem: eles não poderão acumular poder político real na estrutura da

---

<sup>67</sup> A imigração etíope à Israel está representada no cinema pela produção histórico-ficcional franco-israelense *Va, Vis et Deviens* (2005), cujo título foi traduzido no Brasil como *Um Herói do Nosso Tempo*.

democracia representativa conduzida em Israel, tal qual fizeram os imigrantes russo-falantes; eles no máximo poderão atuar como grupo de pressão moral.

Os institutos de absorção estão alertas para o aspecto social inflamável contido numa absorção etíope direcionada à margem da sociedade, e suas conseqüências para a imagem da sociedade como um todo. A lição deveria ensinar através dos graves erros cometidos na absorção da imigração massiva dos *orientais*, particularmente dos imigrantes do norte da África. A política paternalista, que não levou em conta seus sentimentos e identidade, foi um obstáculo para sua formação numa mesma *mistura dos exílios* imaginária, e sua revolta deflagrou-se com maior vigor na segunda e terceira geração. Por outro lado, a falta de uma política de integração, e a abstenção de um cuidado compreensivo para com os etíopes, significa o abandono de um segmento que demanda ajuda para enfrentar um sistema cujas regras ele não compreende, e cujos valores e instituições lhe são estranhos. Os dilemas inerentes implicados no trabalho de absorção, existentes em relação a qualquer grupo de imigrantes, afloram sobretudo neste caso.

Em 1966, o caso da anulação da doação de sangue dos etíopes, principalmente dos soldados em seu processo de recrutamento, acentuou as fronteiras entre os etíopes e o restante dos segmentos. O Banco de Sangue, ligado ao *Magen David Adom*<sup>68</sup> vetou a doação de sangue dos etíopes não examinados, pela desconfiança de que muitos deles eram portadores do vírus da Aids. Os etíopes foram particularmente examinados durante seu processo de absorção, sendo considerados, previamente, grupo de risco. Nenhum outro grupo de risco foi examinado coletivamente, apesar de imigrantes da América do norte, sul-americanos e de alguns países da ex-União Soviética, bem como homossexuais, também pertencerem a grupos de risco, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde.

Com o descobrimento do caso, realizou-se uma tempestuosa manifestação em frente ao Gabinete do Primeiro Ministro, na qual tomaram parte aproximadamente 10.000 etíopes. De acordo com relatos dos jornais, esta foi uma das manifestações mais agitadas da história do Estado de Israel; rapidamente a manifestação descambou para a violência grave, em função da qual feriram-se 61 pessoas, 41 delas policiais. A revolta dos etíopes brotou do senso de que eles são vítimas de discriminação contínua, e dos graves sentimentos que se

---

<sup>68</sup> Serviço médico emergencial nacional de Israel.



acumularam entre eles em razão da incapacidade de enraizarem-se solidamente na sociedade israelense.

Diferentemente de parte dos russos, os etíopes querem muito se inserir numa sociedade israelense homogênea, e passar rapidamente, dentro do possível, pelos processos completos de assimilação. Entretanto, como grupo, eles são pressionados para às margens, em função da combinação de três características: cor da pele, dúvida em relação a sua origem judaica – o denominador comum mais forte na sociedade judaica no país – e o capital humano e cultural empobrecido. Os imigrantes etíopes correm o risco, portanto, de permanecerem um grupo étnico-racial isolado, mesmo com a melhoria de seu *status* econômico e habilidades requeridas para superar a disparidade entre eles e os israelenses veteranos.

Esse grupo de novos israelenses põe em questão, pela primeira vez, dois argumentos contraditórios embutidos no nacionalismo e no mito judaico. Um argumento – que em parte deriva de dentro da religião – é que todos os judeus, em essência, tem uma origem comum, um patriarca ancestral; em contra, o argumento de acordo com o qual os judeus não tem uma mesma unidade genética ou racial (direcionado principalmente para refutar o argumento anti-semita racista contra os judeus). A imigração dos *falaches* para Israel, amparada na *Lei do Retorno* aparenta, sobretudo fora de Israel, uma prova definitiva da ausência absoluta de princípios racistas no judaísmo e no sionismo; porém, a dúvida em relação ao seu judaísmo – que em Israel é a porta de entrada para a nação, senão a própria nação – e o fato de estarem sendo empurrados, tanto como indivíduos quanto como grupo, para a margem da sociedade, podem determinar-lhes o status de grupo revoltoso, ou de contra-cultura alienada e que aliena.

## Desafio dos Cidadãos à Margem

Um dos segmentos relacionados ao tema deste livro tem a história que a mais tempo perdura. A relação entre os *ahusalim* e os árabes da *Terra de Israel* estende-se desde a hegemonia *ahusalita* na época do *Iishuv* – e até hoje não foi resolvida. Não há dúvida de que entre todos as culturas e segmentos do Estado de Israel, os árabes representem o desafio mais sério diante do caráter, identidade e regras do jogo nele ministrados; não somente porque de acordo com os princípios da ética e democracia verdadeira não é possível que parte dos cidadãos possua claramente menos direitos. É muito difícil, atualmente, relacionar-se com mais de 1 milhão de cidadãos árabes – aproximadamente 20% da população total; em uma década se tornarão, possivelmente, um quarto do total – como se não lhes coubesse o direito de participação direta na arena de conflitos pela modelagem da personalidade dos israelenses e de seu país.

Mesmo não incluída a população árabe da Cisjordânia e Faixa de Gaza, que se encontra em processo de “separação” do espaço governado por Israel, do ponto de vista demográfico Israel tornou-se um Estado possuidor de profundas diferenças culturais; mas mais do que isso: um Estado bi-nacional de fato. Por isso, mas também por outros motivos que serão levantados adiante, a essência da existência da população árabe é compreendida como contraditória a algumas premissas em torno das quais o Estado de Israel se alicerça. Daí precisarmos, e nos esforçaremos mais ainda no futuro para tanto, reavaliar essas premissas fundamentais e até mesmo modificar parte delas. Propostas nessa direção serão tratadas na última parte deste livro.

Por todos estes anos de existência do Estado de Israel, os árabes que nele ficaram, após o desenraizamento da maioria deles durante a guerra de 1948, sofreram de discriminação e submissão sistemática em quase todos os âmbitos. Assim, por exemplo, até 1966, os árabes encontraram-se sob administração militar, em virtude da qual estiveram totalmente dependentes, de forma arbitrária, dos representantes do governo. Esta administração os limitou e até evitou seu trânsito entre os lugares, afastou-os do mercado de trabalho, atuando como motor central da engrenagem que nacionalizou a maioria de suas terras, regulou seu poder de voto para o parlamento e evitou – através de postura severa

acompanhada de compensações esporádicas – quase toda organização política ou social independente.

A *Lei do Retorno*, as leis de cidadania, bem como a lei que diz respeito ao status da *Histadrut HaTzioni HaOlami* (Organização Sionista Mundial), que regularam os status e âmbitos de atuação da *Shohnut HaIedit* (Agência Judaica) e do *KKL* em Israel, são leis que explicitamente, de forma oficial, discriminam entre judeus e árabes. A maior parte do setor público está fechada para profissionais árabes. As Leis Fundamentais do ano de 1992 até mesmo determinaram o princípio constitucional de que Israel é um Estado judeu.

Junto com isso, o regime conferiu aos árabes vários direitos políticos e civis, entre eles o direito de eleger e ser eleito; mas, do ponto de vista dos judeus, justamente o fornecimento desse direito civil e democrático elementar transformou os árabes em ameaça concreta, a longo prazo, ao regime vigente; portanto, a cultura política impede as listas de candidatura embasadas em “votos árabes” de participarem das decisões. Do mesmo modo, foram concedidos aos árabes parte dos direitos sociais, posto que Israel é um estado de bem-estar social, mas lhes foram privados, no passado, muitos outros direitos, sobretudo aqueles destinados ao que entitula-se “soldados que terminaram o serviço militar regular”<sup>69</sup>. A fórmula que cristalizou-se, convenientemente, foi a de que no Estado judeu os árabes tem direitos civis como indivíduos, mas não enquanto coletividade. Será óbvio que o indivíduo privado de direitos enquanto grupo também terá seus direitos individuais prejudicados: também não é possível separar os âmbitos público e privado quando se trata de uma minoria étnico-nacional.

Não somente devido ao etnocentrismo e sua classificação como “homogêneos” – conforme ocorre com muitas minorias nas democracias ocidentais – os árabes do Estado de Israel foram postos, durante todos os anos de sua existência, na margem da sociedade e, de muitos pontos de vista, até mesmo à parte dela. Essa exclusão deve-se também ao fato de Israel ser uma sociedade de imigrantes-colonizadores, erguida, em parte, sobre as ruínas da sociedade árabe local, e que ainda encontra-se em conflito, oculto e explícito, com esta. Os judeus tendem a ver no conflito com os árabes que restaram no país um conflito existencial total, parte do conflito com o mundo árabe e islâmico que ameaça como um todo. Há os

---

<sup>69</sup> Árabes não judeus não são recrutados pelo Exército de Defesa de Israel, exceção feita a minoria étnica dos druzos.

que extrapolam e vêem nas relações com os árabes parte do conflito determinista e eterno entre judeus e “gentios”.

Mais do que isso, estamos diante de uma situação de contradição cultural-interna: por um lado os judeus se vêem retornando a terra de seus ancestrais, a qual miraram durante varias gerações e, por outro lado, esta terra esta cercada por um ambiente que lhes hostiliza. Assim situa-se Israel desde sempre, à parte e além da região geográfica em que se encontra; Israel se vê como parte da Europa e do “ocidente”, e seu estabelecimento num Oriente Médio levantino e atrasado é concebido como uma espécie de acidente histórico e cultural. A profunda animosidade entre árabes e judeus *orientais* brota, além do mais, da desconfiança mutua de que se vejam como próximos uns dos outros do ponto de vista cultural, e no entanto isso também é resultado da disputa travada, por uma posição soberana, entre duas camadas já previamente discriminadas pela hierarquia de classe e de cultura.

Os judeus, cidadãos de um Estado nacional criado por e para eles, possuem em relação a sua terra sentimentos de orgulho e identificação, bem como a sensação de posse exclusiva de seus recursos, instituições e símbolos – o exército, a bandeira, o hino nacional e todos os demais rituais do Estado de Israel e suas datas comemorativas. Aos olhos dos cidadãos árabes, a maioria das festividades e símbolos do Estado judeu tem um significado: aniquilação de sua sociedade e ambições. O Estado de Israel e a maioria de seus cidadãos judeus esperam dos cidadãos árabes que se identifiquem com estes símbolos, ou pelo menos que os aceitem, ainda que a revelia. Essa expectativa é entendida pelos árabes como parte da submissão que lhes é imposta.

Portanto, apesar da constante melhora na situação material, social e política da população árabe, sua maioria continua a viver, ainda hoje, em situação de pobreza e infame humilhação em comparação com a população judia. A maioria dos árabes sente que sua possibilidade de integrar-se à sociedade é somente parcial e condicionada, e que jamais possuirão todos os direitos civis num Estado nacional judaico enquanto este não se redefinir como Estado de todos os seus cidadãos; entretanto, conforme discutiremos adiante, existe uma outra alternativa.

\*

O principal instrumento através do qual os *ahusalim* e seus herdeiros lançaram sua disciplina sobre os árabes foi a construção da nova identidade étnica do “árabe israelense”. Ele deveria adotar duas identidades e esquecer uma terceira. Uma das identidades forjadas foi a identidade israelense, que acarretava obediência e fidelidade incondicional ao Estado de Israel e regras do jogo nele conduzidas. Isso se deu através da interiorização da língua, literatura e cultura hebraicas, bem como das Histórias judaicas e geral, através do sistema educacional. A segunda identidade foi a afiliação cultural à tradição árabe clássica, através do estudo do Corão (para os muçulmanos), a língua, a literatura, a poesia e a filosofia árabes clássicas. A identidade que o árabe israelense deveria supostamente esquecer era a da história palestina específica, que se cristalizou principalmente na época do mandato colonialista britânico, e depois em seu reajuste nos campos de refugiados para além das fronteiras da *linha verde* e em sua extensão palestina.

Os relativamente poucos árabes que permaneceram na terra depois do colapso da sociedade árabe na Palestina formaram uma sociedade segmentada e dividida, quase desprovida de grupos de elite, classe média, escolarizados ou liderança política, religiosa ou espiritual. Eles foram um grupo que passou repentinamente de maioria nacional dotada de auto-confiança à minoria reduzida e sem vigor. A única instituição social que sobreviveu e manteve-se estavel depois da guerra de 1948 (chamada na cultura palestina de “*ha-Nakba*”, a catástrofe) foi a família: a família nuclear próxima, a família expandida e o clã. O Estado de Israel e o governo transformaram essa instituição em mais um meio de controle e supervisão sobre a população.

Durante dezenas de anos frustraram todas as experiências de organização política ou criação de um movimento político de caráter nacional ou étnico árabes. Essa pressão deu-se toda ela sob o signo da *ahusalidade*. Só o Partido Comunista Israelense (*Maki*), em suas cadências (*Rakah*, *Hadash*) conseguiu dar expressão a aflição dos árabes e exprimir sua revolta. O Partido Comunista também se valeu da inflamação intelectual que fez crescer das ruínas uma elite cultural árabe. Essa elite criou uma contra-cultura árabe-israelense original e atraente, que esteve quase completamente isolada dos desenvolvimentos políticos e culturais dos grandes centros árabes (como Cairo, Bagdá e Beirute).

Os mais novos ensaios literários dos árabes em Israel foram e permanecem sendo editados pelo partido comunista. Eles incentivaram o despertar de intelectuais, poetas, escritores, filósofos e jornalistas árabes, entre eles o escritor árabe mais destacado no país, Amil Habibi, cuja obra extrapolou fronteiras e culturas, recebendo inclusive o Prêmio Israel. O jornal do partido, *El-Ithad*, deu voz tanto a poetas quanto a ativistas políticos – como Sami al Kasam, Mahmud Dorvish, Zaki Dorvish, Salim Djobran e Toufik Ziad. Atualmente, soma-se a eles um pequeno número de artigos publicados por editoras privadas ou sob o auspício da Autoridade Nacional Palestina.

Depois da ocupação da Cisjordânia e Faixa de Gaza, sobretudo no começo da década de 1980, os árabes em Israel começaram a se engajar nas correntes políticas palestinas externas ao país. As duas correntes mais importantes foram o Nacionalismo Palestino, conforme apresentado pela Organização pela Libertação da Palestina (OLP), e a Consciência Islâmica Renovada, também detentora de princípios nacionais locais. No começo, a liderança da OLP tratou os árabes com manifesto desdém. Somente em 1988, depois da reviravolta ocorrida na OLP e sua disposição em reconhecer Israel e negociar com ele, ela passou a ver nos árabes israelenses uma comunidade que é parte inseparável do povo palestino.

Esta confusão dentro da OLP também foi gerada, sem dúvida, pela postura ambivalente dos árabes israelenses diante da retórica beligerante que caracterizou então a organização e diante de seu caráter de “luta armada”, transformado em terror indiscriminado. Atualmente, tal ambivalência continua, devido também a natureza decadente do regime na Autoridade Palestina e as mordazes violações dos direitos humanos dentro dela. Assim, apesar de os “árabes de 48” terem sido parcialmente aceitos no coletivo palestino, eles são um grupo singular, na pátria e fora dela, que não participou do conflito armado e nem mesmo das reviravoltas dos habitantes dos territórios ocupados. É verdade que em função das violentas manifestações de alcance nacional que eclodiram em outubro de 2000 – quando os árabes israelenses expressaram identificação com a irrupção armada de fúria dos seus irmãos de além da *linha verde* – houve pessoas de ambas as partes que acreditaram que as diferenças entre os dois lados da linha haviam desmoronado.

O primeiro evento traumático posterior a guerra de 1948 esculpido na memória coletiva dos árabes israelenses, enquanto ferida aberta e dolorida, emblemático até o dia de

hoje, foi o massacre de *Kfar Kassam*, na primeira noite da guerra de 1956. Em 29 de outubro as administrações militares decretaram toque de recolher, a partir da cinco horas da tarde, nas aldeias árabes. O chefe da aldeia, que ficou sabendo do toque de recolher somente meia hora aproximadamente antes que entrasse em vigor, alertou o comandante da unidade militar local sobre a impossibilidade de avisar os trabalhadores do campo, naquele momento, sobre o toque de recolher. Essa também foi a situação em outras aldeias, porém a unidade militar posicionada em *Kfar Kassam* interpretou a violação do toque de recolher como autorização para sair matando os “infratores”. Os militares recolheram os que voltavam dos campos, homens, mulheres e crianças, e fuzilaram 47 deles<sup>70</sup>. Outro evento traumático ocorreu em 30 de março de 1976. Neste mesmo dia foi declarada greve geral dos árabes israelenses. O Comitê Nacional para a Defesa das Terras Árabes – organização política encarregada de representar toda a população árabe – clamou pela realização da greve e a apelidou com o reivindicativo nome de “Dia da Terra”. Como no passado, o tema da revolta foi a oposição à expropriação de terras de propriedade árabe, informada pelo governo em fevereiro de 1976. As expropriações iriam se realizar na Galiléia, nos moldes de um programa que foi chamado de – na característica falta de sensibilidade do etnocentrismo do Estado de Israel – “judaização da Galiléia”. Os habitantes das aldeias revoltaram-se e se chocaram com as unidades militares de fronteira. Seis árabes foram mortos, muitos foram feridos e feitos prisioneiros. Aos olhos de muitos árabes estes eventos foram visos como continuação direta do sanguinário evento de *Kfar Kassam*, ocorrido vinte anos antes.

\*

Os eventos de outubro de 2000 também se somam a esta seqüência. Havia então cidadãos árabes bastante próximos de uma rebelião civil, em função de sua identificação violenta com seus irmãos de além da *linha verde*, na deflagração do que foi chamada de

---

<sup>70</sup> Nota do Autor: os árabes contabilizaram 49 vítimas como resultado do massacre e suas seqüelas. Foram encaminhadas ao tribunal acusações pelo assassinato de 43 pessoas. Determinou-se que a morte de quatro habitantes da aldeia se deu por motivos não esclarecidos, uma pessoa morreu de convulsão no dia seguinte ao massacre e os árabes também incluem entre as vítimas um feto de 8 meses de idade que estava no útero da mãe assassinada.

“*Intifada Al-Aksa*”. Em quase todas as localidades árabes houve tempestuosas manifestações, bloquearam rotas centrais de trânsito, atiraram pedras e entoaram frases feitas de difamação ao Estado de Israel. Nas localidades mistas (Nazaré, Acco e até mesmo Haifa e Iafó, mas não em Ramla e Lod), eclodiram confrontos entre habitantes árabes e judeus. A polícia reagiu com violência indiscriminada, acionando contra os cidadãos do Estado de Israel os mesmos moldes do regime de ocupação, de modo a disparar pesadamente munição explosiva. 13 árabes e um judeu foram mortos, cerca de 700 foram feridos e muitos foram detidos. Os governos não demonstraram sensibilidade para com o banho de sangue; os responsáveis (o ministro de segurança interna Shlomo Ben-Ami e o chefe do Distrito Norte da polícia Ilan Ron) não foram demitidos nem tampouco demitiram-se e, só depois de intensa pressão por parte de cidadãos árabes, intelectuais judeus e a comunidade internacional, abriu-se um comitê nacional de investigação.

Como resultado direto disso, mas também devido à frustração pela falta de progresso dos diálogos entre Israel e a Autoridade Palestina, pela primeira vez na história do Estado de Israel os cidadãos árabes boicotaram uma eleição, a de fevereiro de 2001; somente alguns deles votaram, em branco, como forma de protesto. Em essência esta foi uma reação emotiva. Retroativamente, ela foi interpretada de duas maneiras antagônicas, mas complementares: retirada do âmbito político e auto fechamento por um lado e, por outro, sinalização de que de agora em diante os votos dos cidadãos árabes não mais estarão incondicionalmente garantidos para os candidatos da esquerda israelense.

Ainda que provavelmente o boicote quase absoluto às eleições tenha sinalizado uma nova união e orgulho entre os cidadãos árabes, também entre a população judaica a participação nas eleições foi a menor em toda a história do Estado de Israel (aproximadamente 65%). É possível que parte das conquistas e a sensação de poder tenham sua origem no florescimento de uma nova geração árabe instruída e atenta de maneira íntima ao debate israelense; uma geração que não conheceu a administração militar *ahusalita* e o modo imposto por ela a seus pais.

Na última década do século XX os intelectuais árabes cumpriram um papel central em Israel e nos territórios ocupados: por um lado serviram como decodificadores da cultura política judaica e intermediaram entre ela e os habitantes dos territórios ocupados e, por



outro, atuaram como divulgadores da cultura e identidade palestina local autêntica entre a população árabe.

Depois de desaparecido momentaneamente o sonho de transformar Israel, com amparo de seus fundamentos liberais internos, no Estado de seus cidadãos, os intelectuais árabes começaram a reivindicar autonomia cultural. Assim como toda reivindicação por parte dos árabes, tal situação também despertou medo entre e os judeus e o receio de que se tratava de má intenção, que no final traduziria a autonomia em isolamento territorial-político dos árabes da Galiléia e adjacências dos domínios do Estado. Não é de fato o medo do isolamento massivo árabe que desperta temor (ao contrário, aberta ou encobertamente muitos judeus o desejam), mas a ameaça territorial.

Quando os palestinos viram desgastadas as possibilidades de erguer um Estado palestino democrático soberano, os intelectuais árabes, em Israel e no mundo, voltaram-se à opção de um novo projeto utópico: a criação de um Estado bi-nacional e democrático, que ocuparia todo o território da Palestina histórica; para esta idéia quase não foram encontrados sócios judeus em Israel, somente entre um pequeno grupo da elite intelectual identificada com a esquerda radical. Entre os judeus houveram aqueles que viram na idéia do Estado bi-nacional outra má intenção, sofisticada, de aniquilação do Estado judeu. Outros argumentaram que a idéia do Estado bi-nacional não poderia dar certo, pelo temor de que um Estado bi-nacional só pudesse agravar as disputas e conflitos inter-comunitários levando, comprovadamente, a uma guerra civil de grandes proporções.

Entretanto, à parte tais considerações, é importante entender que a cultura árabe, em toda a sua heterogeneidade, não apenas vem se parecendo cada vez mais com as outras culturas do país, mas também tem se tornado parte delas, apesar das tendências judaizantes do Estado de Israel. A “israelidade” lhe é cômoda, pois não é constituída de um modelo fixo e enfatiza o indivíduo, a família e a sociedade civil em face do Estado (judaico, conforme sua definição essencial atual). Daí que, o modo sarcástico e também violento pelo qual os árabes reivindicam seus direitos civis somente testemunha sua crescente integração ao Estado de Israel, e não sua vontade de dele separar-se.

A cultura árabe singular e diferente do conjunto da cultura palestina, mas que também faz parte desta, assim como é parte da cultura árabe maior, apesar de não reconhecer o direito exclusivo dos judeus pela terra, reconhece, no entanto – ao contrário

das outras culturas árabes – a complexidade das relações entre os dois povos, as múltiplas nuances da sociedade e da cultura em Israel, e evita endemoniza-lo, esta cultura foi esquecida entre as sociedades árabes e outros grupos palestinos.

Os árabes israelenses são uma das mais aflitivas concretizações dos erros cometidos pela instituição *ahusalita* durante a época de formação do Estado de Israel. Os *ahusalim* expressaram não somente sua percepção autoritária e monopolista, mas sua relação com os árabes israelenses também foi um forte eco dos medos e das repressões – e portanto também da negligência – nos anos de seu governo. A instituição de direita, egressa então pela primeira vez ao poder, não desempenhou-se melhor que os *ahusalim*. Já dissemos: de muitas perspectivas o estilo do *Likud* se parece com o estilo *ahusalita*. Agora, posto o esboço das fases que levaram ao fim dos *ahusalim*, cabe- nos retomar o tópico que intitula a segunda parte deste livro.